

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Rachel de Castro Almeida

Paisagem urbana e espaço público: um estudo de duas praças de Belo Horizonte

Belo Horizonte, 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
- Gestão das Cidades -

Rachel de Castro Almeida

Paisagem urbana e espaço público: um estudo de duas praças de Belo Horizonte

Dissertação para obtenção de título de
Mestre em Ciências Sociais da PUC Minas

Linha de Pesquisa – Cultura urbana e modos
de vida

Orientadora – Luciana Teixeira de Andrade

Belo Horizonte, 2001.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação pela orientação e apoio desde o início da procura por cursos de pós-graduação e pela atenção dispensada a este programa, especialmente à professora Lea Guimarães Souki.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes - por ter financiado os meus estudos por 12 meses.

A atenção e a dedicação dos professores do curso principalmente da orientadora Luciana Teixeira de Andrade.

Agradeço à equipe do Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte – OPUR/RMBH- PUCMinas pela ajuda e incentivos constantes, sobretudo aos professores Sérgio Azevedo e Maria Helena Godinho.

À professora Telma Maciel Silva pela oportunidade de experimentar a atividade docente e principalmente pelo apoio e atenção.

Agradeço também aos professores da graduação Antônio Carlos Grillo, Carlos Camargos D'Ávila, Celina Lemos, Denise Melo, Édson Durão Júdice, Jupira Mendonça, Maria Elisa Baptista e Rodrigo Otávio de Marco Meniconi, pelas contribuições para o meu aprendizado.

Aos meus amigos e familiares que contribuíram com a essência da minha formação, de maneira especial aos meus pais e irmãos.

E ao Mário que queria e mereceria um parágrafo de agradecimento: - Muito obrigada!

Sumário

Agradecimentos	3
Sumário	4
Lista de Tabelas	5
Lista de figuras	6
Resumo	7
<i>Introdução</i>	<i>8</i>
<i>Capítulo 1 – Espaço público e espaço urbano</i>	<i>19</i>
<i>Capítulo 2 – Espaço público e modos de vida urbana</i>	<i>34</i>
Individualismo e as transformações do espaço público	34
Espaço público: um conceito	43
<i>Capítulo 3 – Do planejamento urbano de Belo Horizonte ao entorno das praças</i>	<i>56</i>
<i>Capítulo 4 - Paisagem e espaço público</i>	<i>76</i>
Praça São Francisco de Assis	78
Praça Cândido Portinari	91
<i>Considerações finais</i>	<i>103</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>109</i>
<i>Anexos</i>	<i>116</i>
Categorias socioocupacionais	116
População Ocupada por categoria socioocupacionais – RMBH – 1980-1991	120
Roteiro de entrevista	121

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Situação dos Domicílios – UEH 43	68
Tabela 2 – Situação dos Domicílios – UEH 56	70
Tabela 3 – Média de rendimento real mensal familiar	72
Tabela 4 – Grau da última série concluída	73
Tabela 5 – Categorias sócio-ocupacionais	73

Lista de figuras

Figura 1 – Mapa UEHs Belo Horizonte	14
Figura 2 – Mapa UEHs 56 e 43 e setores censitários	66
Figura 3 - Foto aérea – Regional Pampulha –1967	67
Figura 4 - Foto aérea – bairro Bandeirantes – 1999	67
Figura 5 - Foto aérea – residências bairro Bandeirantes	69
Figura 6 - Foto aérea – bairro Tupi – 1967	69
Figura 7 - Foto aérea – bairro Tupi – 1999	70
Figura 8 - Foto aérea Praça Cândido Portinari - Regional	71
Figura 9 - Foto aérea Pç. São Francisco de Assis –Regional	71
Figura 10 - Vista aérea 1999– Praça São Francisco de Assis,.....	80
Figura 11 Praça São Francisco de Assis 2001 – esquina com maior	81
Figura 12 - Praça São Francisco de Assis 2001 – área central	81
Figura 13 - Praça São Francisco de Assis 2001 – restaurante-mirante	82
Figura 14 - Praça São Francisco de Assis 2001 – banheiros públicos	83
Figura 15 - Praça São Francisco de Assis 2001 – arquibancada	83
Figura 16 - Vista da Praça São Francisco de Assis	87
Figura 17 - Passeio Rua Cremona – Bandeirantes	89
Figura 18 – Passeio Rua Messina – Bandeirantes	89
Figura 19 - Praça Cândido Portinari 2001 – nível inferior	93
Figura 20 - Praça Cândido Portinari 2001 – nível intermediário	93
Figura 21 - Praça Cândido Portinari 2001 – nível superior	94

Resumo

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre duas praças localizadas em áreas distintas em Belo Horizonte. As praças escolhidas se inserem em áreas com entorno predominantemente residencial, entretanto, os espaços se distinguem por possuírem diferentes padrões urbanísticos e arquitetônicos e pela condição de renda, educação e tipo de ocupação dos moradores. O objetivo deste estudo é comparar o uso e a apropriação dessas praças, já que historicamente os espaços públicos são importantes elementos do desenho urbano, componentes estruturais das cidades e lugar de representação de grupos diversos. A meta principal é compreender o significado do espaço público para grupos distintos, considerando uma cidade conformada por múltiplos núcleos e uma sociedade com alto grau de divisão social do trabalho e heterogeneidade cultural. Além disso, o trabalho procura identificar a relação entre espaço público, paisagem urbana, planejamento urbano e a imagem da cidade.

Abstract

This paper presents the results of a research conducted on two public squares located in different areas of the city of Belo Horizonte. Both of the squares chosen are situated in areas that are predominantly residential; however, such areas are different in that they bear distinct urban and architectonic patterns, and their inhabitants are in different income brackets, have different educational opportunities and are involved in different occupational activities. The purpose of this study is to compare them as regards their use and appropriation, given that public areas, historically, play a leading role in urban design, are the structural components of the towns and are places where different groups are represented. The main goal is the understanding of the significance of the public space for different groups, by taking into account a city comprising multiple nucleuses and whose society is marked by a very high-degree of social and labor division and heterogeneous cultural levels. Furthermore, this paper seeks to identify the relationship between public space, urban landscape, urban plan and the image of the city.

Introdução

Cada cidade, ao longo de sua história, constrói identidades e imagens distintas relacionadas aos seus papéis - econômicos, sociais, políticos e culturais - paisagens naturais, histórias, memórias, usos e cotidianos. Na maioria das vezes, as praças são instrumentos importantes para essa construção, como elemento de desenho urbano tornam-se marcos que dão legibilidade ao lugar, contribuindo para formar e reforçar as imagens além de qualificar o espaço urbano. Como num quebra-cabeça, os lugares carregados de simbolismos vão estruturando e compondo a imagem, a identidade: a cidade.

As praças possuem diversas formas, desde as quadradas, retangulares, circulares até as irregulares. Delas chegam e saem diversas ruas e avenidas. Seus nomes, oficiais ou não, são carregados de símbolos e histórias. Estão inseridas de diferentes formas no espaço, estabelecendo maior ou menor relação com o seu entorno. Suas funções e cotidianos podem ser distintos, pois são dados a partir da apropriação das pessoas e dos grupos.

Os dicionários as definem como lugar público cercado de edifícios, largo; mercado, feira; conjunto das casas comerciais de uma cidade, o seu comércio.

Mesmo exercendo papéis diversos como lugar de encontro, comércio, lazer, fruição, visibilidade, manifestação, são por excelência espaço público, lugar de interação social e sociabilidade. Destacam-se na malha urbana como um vazio intencional, carregadas de parte da história, memória e cotidiano das cidades.

Neste trabalho vão ser apresentados os resultados de uma investigação sobre as praças, enquanto importante elemento do desenho urbano, componente estrutural das cidades e espaço de representação de grupos da sociedade.

Os espaços públicos são objetos de estudo privilegiado por refletirem as alterações nos modos de vida, de sociabilidade urbana, nas teorias e práticas de planejamento e intervenção urbanas que vão se sucedendo nas cidades.

A proposta para a pesquisa parte, então, do interesse em estabelecer uma interface entre espaço urbano, espaço público, paisagem urbana e intervenção urbana. Ao longo deste trabalho surgiram várias questões a partir do debate teórico, que foram mantidas em aberto, devido à relevância para a discussão.

Uma das principais dificuldades encontradas durante o desenvolvimento da pesquisa foi a escassez de referências bibliográficas até então produzida sobre praças. Além disso, a questão do espaço público é tratada ora assumindo uma abordagem mais política, ora social, ora urbana. Portanto, a principal intenção foi contribuir com um estudo de caso contemporâneo sobre questões que perpassem diversas áreas como as cidades, a gestão urbana, a cultura e os modos de vida urbanos, o desenvolvimento urbano, a qualidade de vida, a imagem, o espaço construído e apropriado.

O desenvolvimento urbano das grandes cidades brasileiras, a partir da década de 30, foi decorrente do crescimento demográfico, da rápida urbanização, da abertura de estradas e do desenvolvimento dos meios de comunicação. Desse modo, as cidades passaram por transformações econômicas, sociais e espaciais que o planejamento urbano não conseguiu acompanhar e que resultam em uma divisão desigual dos investimentos.

Na configuração do território urbano, apareceram novas centralidades, fragmentação e desigualdades, introduzindo variáveis diferentes na estrutura urbana e social que influenciaram na percepção dos espaços públicos. O crescimento acelerado das periferias, por exemplo, sem regulamentação, fiscalização do uso do solo e investimentos públicos gerou a precariedade de espaços públicos destinados ao lazer e à interação social.

Ao mesmo tempo, o planejamento urbano das metrópoles, até a década de 60, negou a cidade real e baseou-se num modelo de cidade com um projeto modernizador, implicando em contínuos investimentos federais em infra-estrutura urbana para garantir a reprodução do capital. Os ideais modernistas de planejamento, utilizados na época, concentraram-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, exacerbando tecnologias racionais e desconsiderando as diferenças e fragmentações intra-urbanas.

Atualmente, apesar do enfraquecimento da metropolização, Borja (1997) sugere que as cidades, ao assumirem novos papéis, devem enfrentar cinco tipos de desafios: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade.

Hoje é consenso a necessidade de rever utopias, métodos e instrumentos de planejamento urbano. Rolnik (1994) aponta a necessidade de rupturas conceituais que, por exemplo, troquem a idéia de homogeneidade pela possibilidade de produção permanente de singularidade e diferenciação, bem como a substituição do projeto racional elaborado pelo Estado tecnocrata por pactos territoriais de múltiplos grupos. São sugeridos também novos instrumentos de intervenções urbanísticas capazes de acompanhar uma dinâmica menos predeterminada, uma nova ética de solidariedade e co-responsabilidade dos cidadãos, e uma nova estética que rompa com modelos e tipologias da repetição, segregação e isolamento.

Melo (1998), compartilhando com Rolnik os ideais de um novo planejamento, diz que a sobrevivência dos diversos grupos sociais e da própria sociedade está ligada à possibilidade de representações individuais e coletivas, através das quais se expressam as visões de mundo, sentimentos e experiências dos indivíduos, justificando assim a importância da diversidade dos espaços urbanos, da elaboração dos projetos de preservação

dos conjuntos urbanos e dos espaços públicos. A aparência de uma cidade e o modo como seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais. (Harvey,1992:69).

Ananias (1994), ex-prefeito de Belo Horizonte, reforça esse interesse na introdução do livro *BH: espaços e tempos em construção*, dizendo que é o momento de buscar meios de garantir para todos os cidadãos o acesso e apropriação coletiva dos bens, serviços e investimentos públicos, resgatando a noção de cidadania e direito à cidade.

Diante dessas considerações é possível perceber a importância dos estudos sobre os espaços públicos, pois esses espaços são um dos objetos a serem tratados para se enfrentar os novos desafios apontados. Um espaço público pode alterar a qualidade de vida dos cidadãos e da cidade, gerar maior integração social, melhorar a infra-estrutura urbana, reforçar a imagem e a identidade da cidade.

O diagnóstico das diversas realidades vivenciadas hoje no espaço urbano é fundamental, porque somente a partir de uma base sólida de informações espaciais que se tem condições de criar programas e políticas públicas eficazes. A coleta e a análise de dados atuais podem ser um dos pontos de partida para se conseguir refletir a imagem da diversidade da maioria das cidades. E a partir daí, quem sabe, atuar efetivamente com objetivo de minimizar a desigualdade social, cultural, ambiental, enfim urbana.

Nota-se que, nos últimos anos, as gestões municipais de Belo Horizonte têm se preocupado com a recuperação de espaços públicos, localizados em áreas centrais. Com o apoio da iniciativa privada, a Prefeitura Municipal viabilizou as intervenções na Praça da Liberdade, Carlos Chagas, JK, Hugo Wernek, Floriano Peixoto, da Bandeira e Barragem Santa Lúcia. Entretanto, as intervenções nos espaços públicos das periferias, na sua maioria, são pequenas e em menor número. Além disto, como não possuem tanta

visibilidade e apoio da mídia como os espaços centrais, não contam com a ajuda da iniciativa privada.

Agrega-se a esses problemas o fato do número de estudos interdisciplinares, previamente desenvolvidos pela administração pública, com o objetivo de nortear a intervenção do arquiteto no espaço público, ser muito pequeno. Portanto, seria de grande interesse para a cidade um maior número de estudos que identifiquem a demanda da população local antes de se especificar o programa arquitetônico.

Considerando que os hábitos coletivos e as transformações pelas quais as sociedades passam incessantemente são objetos privilegiados das ciências sociais, e que os grupos têm suas especificidades, tais como maneiras de sentir, pensar e agir, é preciso entender seus valores, hábitos, usos e costumes para que os espaços públicos atendam às demandas desses grupos. Já que o cotidiano exprime e realiza os valores de uma sociedade, justifica-se, assim, a preocupação em compreender estes valores antes de se projetar um espaço público.

Faremos, portanto, um estudo de caso sobre a relação entre uso e apropriação de espaços públicos e as características sócio-econômicas e culturais dos grupos residentes no entorno próximo a esses espaços. Escolhemos duas praças localizadas em regiões distintas da cidade de Belo Horizonte, a fim de estabelecer uma comparação entre os grupos e as formas de uso e apropriação dos espaços.

O estudo de caso é, segundo Becker (1994), uma das principais modalidades de análise das ciências sociais. O método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso. O estudo de caso deve ser preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos, entretanto é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância

teórica de *tudo*. (Becker, 1994: 119). Portanto, diante da grande variedade de problemas que um estudo de caso pode apresentar, o pesquisador se concentra em tópicos e questões mais relevantes sobre o grupo estudado.

O interesse principal dessa pesquisa é compreender o significado do espaço público hoje na estrutura urbana e social, considerando uma cidade conformada por diversos núcleos e uma sociedade com uma grande diversidade social, econômica e cultural. Procurar perceber se grupos diferentes têm demandas diferentes sobre o espaço público; como os grupos avaliam as praças do entorno de suas residências; se o programa arquitetônico adotado atende a demanda dos usuários das praças. Além de verificar se as formas de apropriação do espaço público podem revelar formas distintas de interação, sociabilidade e identidades.

As informações relativas aos grupos e ao entorno das praças foram extraídas dos bancos de dados trabalhados pela pesquisa *Desigualdades sócio-espaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre*.

Um dos objetivos da pesquisa, *Desigualdades sócio-espaciais e governança urbana*, é analisar a evolução do quadro das desigualdades sócio-espaciais nas metrópoles, a partir da década de oitenta, utilizando-se de um sistema de classificação que permita a hierarquização dos espaços intra-metropolitanos segundo a composição sócio-ocupacional e as condições de vida urbana. Em Belo Horizonte foram identificadas 121 unidades

espaciais homogêneas (UEHs)¹ a partir da análise das desigualdades sociais no espaço metropolitano.

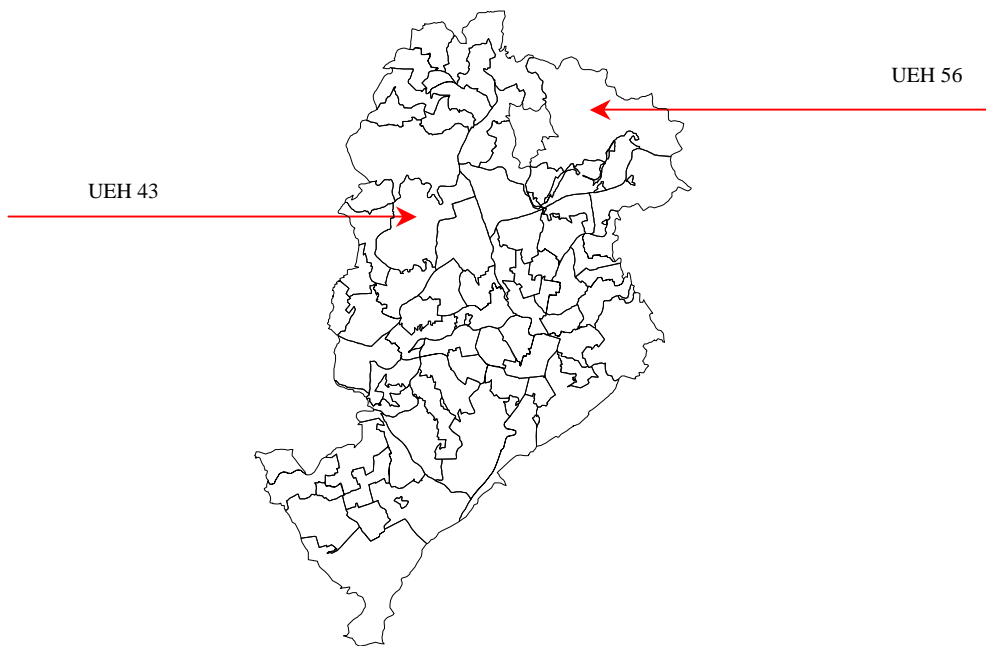


Figura 1 – Mapa UEHs Belo Horizonte

A utilização desses dados possibilitou escolher praças que estivessem em duas áreas com estruturas sócio-econômicas e culturais diferentes, mas que possuísem algumas semelhanças, do ponto de vista urbanístico, como o predomínio de tipologia arquitetônica unifamiliar horizontal, ocupação antiga e já consolidada.

A principal colaboração desta dissertação para a compreensão das desigualdades sócio-espaciais na região metropolitana de Belo Horizonte consiste na identificação das

¹ A base para a definição das UEHs foram as Áreas Homogêneas definidas pelo Plambel- Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana na década de oitenta e revistas depois de 1991, as quais são compatíveis com os setores censitários (Mendonça, 2000).

relações que os usuários, com perfil social distinto, estabelecem com um dos espaços públicos mais significativos do entorno de suas residências, delineando identidades, sociabilidades, imagens, paisagens urbanas, padrões de elitização e segregações sócio-espaciais.

As praças escolhidas foram a São Francisco de Assis e a Cândido Portinari. A São Francisco de Assis localiza-se na UEH 43 (São Luis/Ouro Preto), regional Pampulha, contíguo ao limite² dos bairros Bandeirantes e São Luis, numa área privilegiada por estar no entorno da Lagoa da Pampulha, próxima à Igreja São Francisco de Assis, numa região considerada um dos principais cartões postais da cidade. Os dados relativos à renda, educação, e habitação do grupo residente no entorno atinge um dos maiores níveis da cidade.

A praça Cândido Portinari está localizada na UEH 56 (Tupi), no bairro Tupi, regional Norte, um bairro de periferia, com o núcleo original, denominado Tupi A, bastante consolidado e que ainda apresenta um eixo de expansão, na área chamada de Tupi B. Os dados sobre renda, educação, e padrão de habitação do grupo residente no entorno da Praça Cândido Portinari são bem inferiores aos do primeiro grupo.

Esta pesquisa contou com entrevistas a profissionais do departamento de Parques e Jardins, da Secretaria de Meio Ambiente, com técnicos responsáveis pela Divisão de Manutenção das Administrações Regionais, com arquitetos responsáveis por projetos, de revitalização e de criação de praças, executados recentemente e com presidentes de

² Quanto à definição de limite e bairro, neste trabalho compartilhamos com Lynch (1960) e com Simmel (apud Albano & Werneck, 1986) as suas definições desses conceitos. Portanto, durante o desenvolvimento da pesquisa não se considerou o limite determinado por instituições e sim a percepção da população interna e externa ao espaço.

Associações de Bairros, a fim de conhecer as interfaces entre planejamento, administração pública e espaço público.

Em seguida, na fase de pesquisa de campo, os métodos adotados foram observação e entrevista. As praças foram freqüentadas pela pesquisadora em dias alternados, observando as diferenças ou semelhanças entre fins de semana e dias de semana e entre as partes do dia. As entrevistas previstas seriam realizadas no local com os grupos de usuários das praças. Entretanto, ao longo da investigação foi constatado que moradores do bairro Bandeirantes não freqüentavam a Praça São Francisco de Assis³. A partir daí, definiu-se a utilização de mais um instrumento de pesquisa: a realização de entrevistas com alguns moradores do bairro Bandeirantes nas próprias casas. Sem a intenção de generalizações, as entrevistas foram realizadas com o objetivo de apontar algumas novas formas de comportamento, de percepção das transformações no uso dos espaços da cidade e da paisagem urbana.

Este trabalho se subdivide em cinco partes, os dois primeiros capítulos recuperam algumas abordagens teóricas nacionais e internacionais sobre espaço público, espaço urbano e modos de vida urbana. O terceiro capítulo analisa Belo Horizonte dentro do contexto anterior e apresenta o entorno das praças, o quarto capítulo apresenta a pesquisa de campo e por fim a quinta parte pontua algumas considerações sobre planejamento urbano e espaços públicos.

O primeiro capítulo assinala o papel do espaço público na configuração do espaço urbano das cidades, através de um curto passeio pela história das cidades, a fim de

³ Este fato não foi totalmente inesperado uma vez que a literatura vem tratando do abandono pelas classes médias e altas dos espaços públicos das cidades (D'Incao, 1992, Caldeira, 2000).

compreender o papel desses espaços hoje, principalmente nas grandes cidades contemporâneas. Destaca algumas alterações nas formas de organização espacial das cidades, desde os processo de industrialização, urbanização e formação de uma sociedade urbana⁴ até as atuais ondas de globalização e internacionalização, e discute como essas mudanças geram transformações no espaço urbano. Além disso, resgata os princípios que nortearam as intervenções urbanas modernas e pós-modernas, nas grandes cidades, com o objetivo de compreender a relação entre as alterações econômicas, sociais e espaciais.

O capítulo seguinte trabalha, através da ótica das ciências sociais, algumas das alterações nos modos de vida das sociedades ao longo dos processos chamados de modernidade e pós-modernidade, destacando o individualismo segundo o pensamento de Simmel, Durkeim e Weber. Trata como alguns aspectos das mudanças sociais, econômicas e culturais configuram certas características marcantes nos novos modos de ser e de viver de sociedades contemporâneas, refletidos na segregação urbana, no uso e ocupação dos espaços públicos e na procura por diferentes formas de sociabilidade; identificados principalmente na angustia de Arendt (1989) sentida pela perda da liberdade, na percepção de Sennett (1988) sobre as tiranias da intimidade, na preocupação de Habermas sobre a mudança da esfera pública (1999) e nas questões colocadas por Fortuna (1997) sobre o sentido do espaço público e de cultura na contemporaneidade.

O capítulo três aborda o planejamento urbano de Belo Horizonte enfatizando a desigualdade e a hierarquização do acesso aos serviços públicos e à infra-estrutura desde a criação da cidade e ao longo dos processos de crescimento e evolução urbana. Os aspectos relacionados ao acesso e distribuição dos espaços públicos são tratados a partir de uma

⁴ A este respeito ver Lefebvre (1991).

pesquisa realizada pelo PLAMBEL, na década e 80, com a inclusão de algumas fontes sobre a década de 90, enfatizando principalmente as informações a respeito do entorno dos objetos de pesquisa.

No capítulo quatro são apontadas as diferenças e semelhanças entre as formas de uso e apropriação dos espaços, a abrangência das praças enquanto espaço existencial, a relação dos espaços com a memória e a identidade dos grupos de usuários e de moradores, a participação das praças na construção da imagem do bairro e da cidade, incluindo também a demanda e o interesse dos usuários e moradores.

Nas considerações finais são pontuadas algumas reflexões sobre o papel dos espaços públicos contemporâneos na construção da imagem das cidades, a relação desses espaços com o espaço urbano e algumas considerações sobre espaço público e planejamento urbano.

Capítulo 1 – Espaço público e espaço urbano

“Inicia-se este livro com uma cidade que era, simbolicamente, um mundo: encerra-se com um mundo que se tornou, em muitos aspectos práticos, uma cidade” (Mumford, 1998).

As praças se destacam como importante elemento do desenho urbano, enquanto componente estrutural de cidades, espaço de representação de grupos e marcos que dão legibilidade ao espaço urbano definindo suas características, funções e identidades.

Em diferentes lugares e momentos da história as praças se inseriram na estrutura urbana, como um componente fundamental na organização espacial, na imagem do espaço urbano, na espacialização da estrutura social e na memória dos grupos.

Segundo Moughtin (1992), as praças constituem um dos elementos mais importantes do desenho urbano. Para categorizá-las o autor sugere como um dos principais métodos o estudo de suas formas e funções.

Faremos, então, um passeio por lugares da história das cidades a fim de resgatar os diversos papéis, funções e formas das praças e de perceber como esses espaços fora um dos elementos estruturais das cidades e sociedades¹.

As cidades gregas eram formadas por bairros habitacionais com ruas tortuosas no pé ou ao lado de uma colina onde era implantada a acrópole. A acrópole era o núcleo da cidade, o centro de sua existência total e acima de tudo, a morada dos deuses da cidade.

¹ Como se trata de uma tentativa de situar a presença das praças ao longo da história das cidades, optou-se pela generalização, com os riscos que ela gera, em detrimento das especificidades históricas, que com certeza poderiam trazer outras questões aqui não contempladas. Entretanto, se nos detivéssemos nas especificidades perderíamos a possibilidade de mostrar como as praças se mantêm, ainda que em constante transformação como espaço privilegiado dos centros urbanos.

Nela estavam situadas todas as funções sagradas derivadas da natureza e da história (Mumford, 1998:178). Era um local fortificado e símbolo do poder político. Na cidade baixa encontrava-se a ágora, ou praça pública, local de reunião da assembléia do povo, o centro da vida política e administrativa. Normalmente era cercado pelos principais edifícios públicos e, especialmente após o século IV, rodeado de pórticos cobertos. A prioridade dos espaços, edifícios e lugares públicos sobre o tecido residencial decorria certamente do sistema social. (Garcia Lamas, 1993:139).

Platão e Aristóteles foram os primeiros a pensar sobre o ambiente urbano. Platão expunha os princípios que deveriam nortear a implantação das cidades, fixando o número ideal de habitantes em 5.040 e insistindo sobre a escolha do sítio de acordo com a salubridade, as vantagens econômicas e o clima psicológico e moral. Preconizava a criação de uma acrópole e a não fortificação das cidades. Aristóteles aconselhava sítios que permitissem fácil abastecimento e defendia a especialização dos bairros segundo funções comerciais, residenciais, administrativas ou religiosas. Sugeria a criação de duas praças, uma reservada à vida pública e outra às atividades comerciais. Propunha a construção de ruas retas em certos bairros ou regiões, mas combinadas com ruas tortuosas a fim de dificultar que estrangeiros assaltantes entrassem ou saíssem da cidade (Harouel, 1990:12).

Já as cidades romanas eram orientadas no sentido de se harmonizarem com a ordem cósmica, por isto o ritual de sua fundação era um ato sagrado, a sua forma era retangular e as muralhas além da função de proteção tinham um valor religioso. A característica principal do traçado ortogonal era a presença de duas ruas principais o *decumanus* (leste-oeste) e o *cardo* (norte-sul) constituindo as medianas. O fórum era o núcleo da cidade romana, o lugar do mercado, da reunião, do encontro e o centro da vida pública. Normalmente situava-se no ponto de encontro das duas principais vias e era o equivalente

romano da acrópole e da ágora, concebidos numa só coisa (Mumford, 1998: 229). A preservação do centro livre era característica marcante.

As cidades medievais se organizavam em torno da igreja, cada cidade era na verdade a sede de um episcopado. O bispo servia de defensor da cidade contra os bárbaros. Com o final das invasões melhoraram as condições de segurança, há o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e um forte crescimento demográfico que propiciaram os bens para o comércio e os fregueses para adquiri-los. Em termos de morfologia urbana, as novas cidades medievais rompem com os quadriculados romanos. Até o século XII, o nascimento das cidades se efetuava segundo dois processos: desenvolvimento linear ao longo de uma estrada ou de um rio ou atração por um núcleo urbano ou por um edifício imponente (castelo, monastério, igreja) (Harouel, 1990:38). No final do século XII observa-se um retorno aos traçados ortogonais.

A principal praça, nas cidades medievais, é a do mercado, às vezes simples alargamento da rua, às vezes um vasto espaço, como em Bruxelas ou Siena. O acesso à praça não se dá por ruas laterais: as ruas desembocam nos ângulos, e a circulação se dá tangencialmente a essas laterais. Geralmente era contornada de casas com arcadas e nela erguia-se o mercado coberto que possibilitava a realização de feiras regulares sob a proteção do bispo ou abade. Essas feiras eram um instrumento de vida local, não de comércio internacional (Mumford, 1998:278). As formas das praças variavam, algumas vezes eram triangulares, outra com muitos lados ovais, ora dentada, ora recurvada, aparentemente de forma arbitrária, mas na realidade eram as edificações próximas que determinavam a disposição do espaço aberto. Elas continham as tendas, mas nelas também aconteciam as reuniões e cerimônias públicas, os palcos de representações, o castigo de criminosos ou hereges e no fim da Idade Média foi lugar de torneios esportivos.

No Renascimento, certas características da Idade Média como enclausuramento, desordem e congestionamento tinham-se tornado intoleráveis. Começa assim, uma espécie de clarificação geométrica do espírito que não procurava uma modificação em grande escala, mas uma modificação por pequenas partes, da cidade histórica.

A composição urbana clássica apresenta uma perfeita complementaridade entre três elementos principais: traçado retilíneo, quadrícula e praça. O traçado urbano tem como princípio ruas retilíneas, a procura de um eixo que permita simetria na composição urbana, convergência de ruas para um edifício ou praça e criação de uma ligação orgânica entre as diversas partes (Harouel, 1990:49). A quadrícula resultaria do processo de cruzamento ortogonal de ruas e permitiria uma adequada subdivisão do solo.

Entre as praças persistiu a diferenciação entre ágora ou fórum e a praça do mercado. Na praça do mercado localizavam-se a prefeitura e um chafariz ou espelho d'água normalmente chamado de fonte. As praças também passaram a manifestar a diferença entre autoridade secular e eclesiástica, desenvolvendo assim os modelos da praça da catedral e *signoria*. A praça da catedral incluía o batistério, a campanilha e o palácio episcopal. A *signoria* funcionava como átrio da residência principesca, sendo rodeada pelos palácios dos grandes senhores e ornamentada por monumentos e estátuas de cunho histórico (Sitte, 1992:27). Uma característica relevante é o tratamento das praças com extrema coesão. A construção de palácios encostados em outros edifícios e o uso constante de pórticos com arcadas provocavam uma coesão na imagem urbana de tal forma que quase não há como olhar para fora da praça. O período destaca-se pela riqueza de ornamentação, perfeita relação artística entre praças e monumentos e a valorização da vida pública.

A ordem medieval foi se desfazendo aos poucos e o barroco recupera a unificação territorial, a paz interna, a liberdade de movimento. O novo sistema capitalista emergente e a centralização do poder configuraram mudanças diversas nas sociedades que segundo Mumford (1998) vão ter seu apogeu no Barroco:

“Entre os séculos XV e XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em consequência, foram radicalmente alterados. O novo padrão de existência brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, principalmente a do despotismo ou oligarquia centralizada, habitualmente personificada num Estado Nacional; de uma nova forma ideológica, que se derivava da física mecanicista, cujos postulados fundamentais haviam sido lançados muito antes, no exército e no mosteiro”.(Mumford, 1998:376).

Produzir e exibir riqueza, tomar e aumentar o poder tornaram-se imperativos universais. Os interesses imediatos do novo capitalismo levaram a uma nova concepção de espaço, que agora passa a ser organizado tornando-se contínuo, reduzido à medida e à ordem e associado ao movimento e ao tempo.

A cidade barroca constituía a personificação do drama e ritual, era uma réplica dos modos e gostos do palácio. A avenida é seu símbolo mais importante e como nem sempre era possível planejar toda uma cidade, era através da inserção de novas avenidas ou de um bairro que se demonstrava a nova ordem vigente. O traçado era caracterizado pela praça aberta ou cercada, com suas avenidas e ruas irradiantes, atravessando imparcialmente antigos emaranhados ou novas redes. Duas importantes tipologias de praças se distinguem nesta época: as praças reais e as residenciais. As praças reais eram uma maneira de exaltar o fervor monárquico e tendem a reforçar a unidade do reino. Em sua maioria utilizavam a planta geométrica com a instalação de uma estátua de príncipe guerreiro. A praça residencial era conformada por um grupo de residências de pessoas mais ou menos do mesmo ofício e posição, originalmente construída por famílias de aristocratas ou de

mercadores (Mumford, 1998:428). Os espaços abertos das praças eram locais de estacionamento para carruagens. No século XVIII este espaço foi transformado num jardim ou parque comum.

Chegando na América, as cidades colonizadas pelos espanhóis têm como característica marcante a intenção de intervir no espaço, exprimindo a vontade de vencer e construir a história. As ruas obedecem a um plano regular como sinal da vontade de ordenar e dominar o mundo conquistado.

A construção das cidades começava pela implantação da chamada praça maior. Como na construção do *cardo* e *decumanus*, nas cidades romanas, a praça aqui significa as duas linhas traçadas pelo fundador no sentido norte-sul e leste-oeste. Assim a cidade nasce de um centro e o explicita. A forma das praças era a de um quadrilátero com largura igual à pelo menos dois terços do comprimento. A praça orientava os traçados das ruas, a partir dela saíam quatro ruas principais, do meio de cada face e em cada extremidade saíam mais duas ruas. Se a cidade era à beira mar, a praça se localizava no lugar do desembarque do porto e se era mediterrânea, no centro do povoado (Holanda, 1998).

Já a colonização portuguesa caracterizou-se pela falta de preocupação em criar núcleos de povoações estáveis e duradouros. A incipiente ocupação começou no litoral de forma espontânea e diversa. Somente no terceiro século de dominação portuguesa, com a descoberta do ouro, que começou a migração e a ocupação no interior. A maioria das cidades fundadas no Brasil mudou uma, duas ou mais vezes de sítio. As cidades brasileiras mantiveram-se integradas à paisagem natural, numa forma de ocupação do espaço que parece acontecer por acaso.

Percebemos, portanto, que as praças foram tratadas como um espaço especial na estrutura urbana, sendo ora lugar de encontro, de comércio, de fruição, de visibilidade, de

manifestação e de representação. Um espaço privilegiado das cidades que revelam a organização dos diversos grupos sociais e dos modos de vida urbana. Elas são um vazio intencional carregado de parte da história e memória das cidades e sociedades.

Esses espaços especiais não se perderam ao longo da história, eles ainda fazem parte da estrutura urbana e social das cidades, entretanto a organização espacial das grandes cidades e a forma como os espaços públicos se inserem dentro dessas cidades se alteraram diante das transformações econômicas, sociais e institucionais, desencadeadas pelos processos chamados de modernidade e pós-modernidade. A cidade e os espaços públicos se apresentam como objeto privilegiado por estabelecer estreita relação entre os modos de vida e organização social.

A imagem que atualmente os homens retratam de um lugar urbanizado é completamente diferente da imagem do final do século XIX². A expansão física, o crescimento populacional e a implantação das indústrias contribuíram para deteriorar as condições ambientais, sobrecarregar a infra-estrutura e fragmentar o tecido urbano. Espacialmente o desenho urbano das grandes cidades foi se alterando e diversas perspectivas de intervenção foram se sucedendo.

As transformações ocorridas com a Revolução Industrial são comuns à maioria dos países europeus e se refletiram principalmente na imagem das grandes cidades. O aumento populacional, devido à migração em massa de camponeses e à redução do coeficiente de mortalidade, juntamente com o aumento da produção industrial introduziram nas cidades novas variáveis que alteraram o seu *modus vivendi*. Alguns autores como Walter Benjamin,

² A este respeito ver Gorelik, 1999:59.

Charles Baudelaire e Edgar Allan Poe nos oferecem descrições e sugestões poéticas das cidades efervescentes:

“Era uma das artérias principais da cidade e regorgitara de gente durante o dia todo. Mas, ao aproximar-se o entardecer, a multidão engrossou e quando as lâmpadas se acenderam, duas densas e contínuas ondas de passantes desfilavam pela porta. Naquele momento particular do entardecer, eu me encontrara numa situação similar e, por isso, o mar tumultuoso de cabeças humanas enchia-me de uma emoção deliciosamente inédita” (Poe, 1985:132).

É importante, portanto, compreender a relação entre as alterações no modo de vida urbano nas grandes cidades, nas formas de produção, de organização econômica e social e as transformações espaciais e as intervenções urbanas, geradas por esses processos.

Desde início do século XIX, as cidades passam a ser objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas, e entre eles os urbanistas, que começam a traçar as primeiras intervenções chamadas de higienistas. Diante de ruas mal traçadas, construções irregulares, estabelecimentos mal direcionados, pardieiros úmidos e sombrios, pavimentação incompleta, sistema de distribuição e escoamento de águas defeituoso (Pechman, 1994), as cidades encontram-se frente ao grave problema da insalubridade. Então, para que se possa sanar esses problemas e implementar a modernização e o progresso, médicos, engenheiros sanitaristas, políticos e urbanistas propõem princípios de intervenção urbana e social. A ordem era “limpar” a cidade em todos os sentidos:

“Ou seja, o combate à insalubridade impunha a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem *regular* a vida na cidade” (Pechman & Fritsch, 1985:142).

Surge assim, uma estratégia de reordenação do espaço frente à ameaça latente de revolta da população e com a intenção explícita de fazer circular o capital. Este modelo de intervenção aparece ligado à articulação entre o poder público e os setores imobiliários,

favorecendo a especulação³. Além disto, esta reordenação implica profundas transformações, principalmente nos espaços públicos urbanos; como sugere Pechman, o ataque ao modo de vida popular passa a incidir diretamente sobre o espaço onde a sociabilidade popular encontra recursos para se robustecer: a rua.

O ideal progressista, o processo de expansão ilimitada e o crescimento acelerado resultaram na divisão dos espaços das cidades em lugares de moradia e de trabalho. A cidade moderna num primeiro momento foi tratada, pelos urbanistas, com um ideal reformador e civilizador, repelindo a desordem e acreditando que a sociedade poderia transformar-se através da cidade. As obras de Haussmann, em Paris, parecem estar impregnadas de ressonância e se transformam num arquétipo da vida moderna. O boulevard parisiense se torna o marco da inovação urbana do século XIX, ponto de partida para a modernização da cidade tradicional. Em Paris, essa nova estrutura feita de boulevares, avenidas e ruas largas sobrepõe-se à trama existente, enquanto paralelamente adota-se uma política ativa em equipamentos públicos como sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás, mercados cobertos, feiras, prefeituras, colégios, hospitais e espaços verdes (Harouel, 1990:113). Estas intervenções são a expressão de um discurso político e urbanístico moderno, que propõe reformar a cidade através de um modelo de atuação confiante em sua capacidade de garantir a passagem de uma sociedade tradicional a outra moderna (Gorelik, 1999:63).

O novo sistema de circulação colocado em prática pelas teorias urbanísticas do século XIX, elimina as habitações miseráveis, nas áreas centrais das cidades, abre espaços livres, e cria condições para controlar futuras barricadas e manifestações populares.

³ A este respeito ver Frúgoli Jr., 2000.

As ruas e os espaços centrais, como as praças, sofrem transformações consideráveis com o aumento populacional e os novos ritmos de circulação (Frúgoli Jr., 1995:14). A preocupação em “limpar” as ruas, ordenar o espaço, geometrizar, racionalizar, institucionaliza a funcionalidade, desterritorializa a rede de relações a partir de contatos e de vínculos que a cidade anterior permitia e retira dos espaços públicos, principalmente da rua, o seu caráter de local de convívio e sociabilidade.

No Brasil, a primeira influência de Haussmann se fez presente no projeto da nova capital mineira, Belo Horizonte, elaborado por uma equipe técnica, coordenada por Aarão Reis. As influências podem ser notadas através da forma de gestão de Aarão Reis, onde a solução técnica prevalecia sobre os interesses políticos, na concepção higienista da cidade, na concepção do modelo de cidade fechada e definida pelo desenho e na extrema importância dada à circulação (Guimarães, 1996).

As influências de Hausmann também aparecem no Rio de Janeiro, nas intervenções de Pereira Passos. O Rio de Janeiro experimentou uma profunda crise urbana, no século XIX, por sua condição de centro administrativo, comercial, financeiro, cultural e político. A solução veio através das reformas de Pereira Passos, que a exemplo da “Paris de Haussmann”⁴, invadem a cidade com suas largas avenidas, desapropriando antigos moradores de parte da cidade e implantando uma explícita ordem urbana e social.

É importante ressaltar que na América Latina os custos de uma urbanização desenfreada foram um pouco maiores por causa do déficit de infra-estrutura urbana, da extensão da cidade ilegal, do peso da marginalidade social e das dificuldades enfrentadas pelos governos locais.

⁴ Pereira Passos havia acompanhado *in loco* parte das reformas de Paris levadas a cabo pelo Barão de Haussmann (Pechman & Fritsch, 1985:154).

Outra forte tendência nesta época, iniciada nos Estados Unidos, foi à criação de subúrbios para atender à demanda populacional. Estes, sem dúvida, foram criados sobre pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego da industrialização e à chegada maciça dos camponeses (Lefebvre, 1991). As auto-estradas e os subúrbios, além de estilhaçarem e fragmentarem o tecido urbano, instauram uma lógica racional bem diferente do antigo traçado espontâneo original e alteram a forma de interação social. Os moradores dos subúrbios se distanciam do “coração das cidades” mudando a forma de apropriação dos espaços públicos nos centros destas cidades e diminuindo consideravelmente a importância de antigos centros de referência (Frúgoli Jr., 1995:17).

No caso brasileiro, os novos bairros de classe média, nas proximidades das áreas centrais, em sua maioria herdeiros dos subúrbios, trazem novas centralidades espaciais para a cidade, recriando uma realidade urbana confinada e “a salvo” do intenso ritmo dos centros das metrópoles (Frúgoli Jr., 1995:17). Porém, esta crescente descentralização gerada pela formação de novos núcleos em torno do centro configura alguns problemas, como sugere Gutierrez:

“Pero la creciente descentralización y la despersonalización de los barrios han quitado toda referencia de identidad al hombre con su ciudad.” (Gutierrez, 1997).

Aos poucos, as cidades vão se modificando, se adequando aos novos parâmetros urbanísticos e aos novos conceitos de sociedade moderna, alterando assim a sua imagem e ao mesmo tempo seu modo de vida. As tradicionais praças com uma sociabilidade circunscrita e reconhecível perdem força enquanto centros de vida urbana, passando a ser parte da memória da cidade pré-industrial. As ruas são agora marcadas pelas multidões, dentro das quais o estranhamento e a imprevisibilidade tornam-se predominantes (Frúgoli Jr., 1995:15).

Em outra fase expressiva da modernidade reina a utopia funcionalista e a crença em uma planificação urbana capaz de solucionar as contradições impostas, através de soluções técnicas. Com a intenção de ser um estilo internacional ainda mais disciplinado e racional, o chamado modernismo se difunde rapidamente na maioria dos países. No urbanismo, os modelos sugeridos por Le Corbusier se tornam paradigmáticos, partem da segmentação funcional do espaço e propõem que as cidades obedeçam a cinco regras: circular, habitar, trabalhar, consumir e recrear. Segundo Le Corbusier era preciso “matar a rua” para transformá-la em “máquina de tráfego”. O traço marcante do urbanismo do começo do século XX é a reivindicação da “morte das ruas” e a celebração da rua-corredor.

A eliminação das ruas, como foco de doenças e impedimento ao progresso, é um pré-requisito para a organização urbana moderna. No projeto urbano moderno, as ruas aparecem como um vazio contínuo e os edifícios como figuras esculturais. Postulando a primazia do espaço aberto, da clareza volumétrica, da forma pura e da abstração geométrica, o modernismo não apenas dá origem a um novo vocabulário formal, mas também, e mais radicalmente, inverte o modo de perceber a arquitetura. A atividade de perceber significados e relações é virada do avesso⁵. A cidade que emerge dessas transformações é, em tese, inteiramente pública. O discurso igualitário sustenta, portanto, que as convenções arquitetônicas irão, por si mesmas, produzir uma ordem política comunitária. Todos os edifícios e todas as áreas livres existem para representar o bem público. Entretanto, estudos diversos mostram que os espaços públicos criados pelo modernismo tornam-se fisicamente limpos e ordenados, mas socialmente e espiritualmente mortos (Berman, 1986:164). A eliminação da diversidade, com a segmentação funcional da

⁵ A respeito das alterações na percepção de significados e relações ver Holston, 1993.

cidade, retira das ruas o caráter de lugar de encontro, de passeio, de compras, alterando a forma de apropriação do espaço.

Os anos vinte e trinta trazem à tona na América Latina a tarefa de construção de um Estado Novo aliado a um grupo de vanguarda que procura produzir a essência da cultura nacional. No Brasil, o grupo de vanguarda foi constituído a partir do contato com a vanguarda européia, especialmente o racionalismo de Le Corbusier, que refutava o gosto burguês vigente e os padrões estéticos do ecletismo da École des Beaux-Arts francesa. Seguindo os ensinamentos de Le Coubusier, sempre sugerido como mestre, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer traçam o plano piloto de Brasília, a nova capital da república, inaugurada em 1960, que traz as marcas de um racionalismo disciplinador e segregador. Brasília torna-se um dos exemplos em que a intenção de um projeto urbano ou de uma intervenção pode ser subvertida pela prática. As premissas utópicas de uma cidade igualitária, símbolo de um Brasil moderno resultaram em segregação e exclusão social.

Nas grandes metrópoles brasileiras, já no começo dos anos 40, aos poucos, os espaços públicos centrais vão sofrendo crescente desvalorização, mergulhando num fluxo viário constante e sendo abandonados pelo público de maior poder aquisitivo, que passa a preferir locais mais privados para estabelecer suas relações, como as novas lojas de departamento e galerias (Frúgoli Jr., 1995:27).

A partir da década de 60 o discurso se transforma com o colapso da idéia de planificação global da cidade e as teorias pós-modernas vêm se contrapor ao modernismo. Emerge no debate a preocupação com resgate à cidade considerada em suas qualidades existentes, históricas ou contemporâneas. As novas propostas de intervenção, ao contrário das intervenções modernistas, são em sua maioria pontuais, restritas e buscam uma requalificação do espaço que respeite o contexto, sua inserção urbana, sua morfologia ou

tipologia arquitetônica, além de procurar preservar os valores locais. Otilia Arantes (1995) pondera, a respeito desse modelo de intervenção, dizendo que arquitetos e urbanistas partem em uma busca desenfreada pelo lugar público. Este “lugar” seria o antídoto para a patologia da cidade funcional, um espaço destinado a reativar formas da vida social, focos em condições de aglutinar um sem-número de objetos arquitetônicos desconexos em torno de um espaço que se apresentasse como “coisa pública”. (Arantes, 1995:99).

Contemporaneamente, as centralidades, as fragmentações e as desigualdades das metrópoles brasileiras parecem ter sido reforçadas e mais uma vez influenciam na percepção dos espaços públicos. As cidades assumem caráter e representações diversas. A pluralidade é uma marca das sociedades e das cidades. A percepção do espaço urbano é quase indescritível. A fragmentação, as desigualdades e as centralidades se traduzem em um jogo de encaixe com peças irregulares, extremamente desiguais e muitas vezes sobrepostas.

A imagem que retrata o tecido urbano é de uma colagem de fragmentos sugerida por Gorelik como:

“Cortado o fluxo contínuo do tempo *progressista*, com a queda da tensão modernista que outorgava um sentido e um projeto à heterogeneidade material da cidade, a paisagem urbana aparece como uma justaposição de artefatos efêmeros com restos de infra-estrutura obsoleta, tecidos decadentes, fábricas abandonadas, enormes vazios, moradias precárias nos interstícios e, de repente, como enclaves auto-suficientes, incrustações radiantes de novidade técnica ou social, com a trama invisível mas onipresente dos meios eletrônicos configurando novos percursos, novas fruições; a cidade é assim definitivamente um *patchwork* no qual cada fragmento libera seu sentido, mas nessa liberdade não predomina a “diferença”, mas o contraste e a desigualdade. É a modernidade atual, pós-expansiva, cuja mescla de tempos replica a leitura cultural da cidade como ruína da modernidade.”(Gorelik, 1999:77).

Para Harvey, a lógica pós-moderna de intervenção urbana procura se adequar à nova ordem econômica, onde o arquiteto urbanista passa a atender demandas de grupos distintos na busca de soluções pontuais e locais (*apud* Frúgoli Jr., 2000:22).

Algumas tendências recentes assumem a fragmentação, a diversidade, a heterogeneidade e chegam a propor a apologia do caos, a disposição de objetos arquitetônicos que falem por si e a intervenção que nega ou ignora qualquer tentativa de unidade ou coerência.

Diante dos desafios, está se estabelecendo como consenso que para enfrentar os problemas urbanos que nos foram legados, algumas estratégias devem ser comuns à maioria das cidades como: formulação de planos de desenvolvimento econômico, social e urbano baseados numa ampla participação cívica, descentralização dos governos locais e implementação de projetos urbanos de iniciativa pública e/ou privada⁶ (Borja, 1997:82).

Qual é o papel dos espaços públicos na estrutura urbana e social? Como construir espaços representativos, duráveis, expressivos, atraentes e de múltiplos usos? Como encher estes vazios urbanos de significados? E como reforçar o espetáculo da qualidade de vida, da cidadania, do lazer, da cultura e do prazer? Como rever ou reaver os espaços públicos como tentativa de requalificar a vida local, aumentar a interação social, criar um referencial urbano onde “lugar” e “coisa pública” sejam bem-vistos e benquistos?

⁶ Entretanto, há ressalvas quanto à participação da iniciativa privada em intervenções no espaço público, a este respeito ver Frúgoli Jr, 2000.

Capítulo2 – Espaço público e modos de vida urbana

Individualismo e as transformações do espaço público

Além das alterações na organização espacial das cidades ao longo da modernidade e pós-modernidade, devemos destacar também as significativas mudanças nos modos de vida que se refletiram no uso e na ocupação dos espaços públicos.

No início do século XVI, o mundo moderno apresentava-se através de transformações tecnológicas, econômicas, políticas e espaciais que ocorrem a todo vapor e de uma nova configuração social, com estilo e costume de vida diferenciados de épocas anteriores.

O turbilhão da vida moderna, na opinião de Berman (1986), é alimentado por diversas fontes, e entre elas destacam-se: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que cria novos ambientes humanos, destrói antigos e acelera o próprio ritmo de vida; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano e sistemas de comunicação de massa dinâmicos.

A experiência moderna é considerada um tema polêmico e multifacetado por se tratar de um processo permanente de desintegração, mudança, conflitos, contradições, unidades paradoxais e ambigüidades. As transformações que fazem parte desse processo são percebidas através da arquitetura, arte, ciência, filosofia, literatura e sociologia, como se cada um desses ambientes de estudo, lapidassem uma das faces de um mesmo objeto. Nas ciências sociais, uma série de novos autores expõe suas impressões, a partir de pontos

de vista diferenciados, nos ajudando a desvendar o mundo moderno e a contar um pouco sobre estas mudanças¹.

Sintetizando as reflexões desses autores percebemos as principais características da modernidade como a nova conjuntura social, a racionalização e o desencantamento do mundo, os impactos dos novos meios de produção, a liberdade e a autonomia individual. Da mesma forma também é esboçado o outro lado da moeda: com a racionalidade extrema que chega a ser irracional, a conquista da liberdade acompanhada do isolamento e da solidão e a busca da igualdade que acaba gerando diferenciação².

O individualismo é apontado por diversos atores como uma das principais características compartilhadas pelos homens modernos. Daremos destaque neste capítulo às contribuições de Durkeim, Simmel e Weber sobre o individualismo, devido à relação mais próxima que se pode estabelecer entre suas interpretações da modernidade e o objeto deste trabalho: as interações sociais nos espaços públicos.

As análises de Simmel abordam as condições do mundo moderno como a racionalidade das relações sociais, a economia utilizando o dinheiro como moeda de troca, a exatidão calculista, a liberdade individual, a proximidade física e a distância mental, a “cultura objetiva” e a “cultura subjetiva”, que geram dilemas e tensões vivenciados pelo homem moderno em sua existência mais individualista.

Segundo Simmel, podemos identificar dois tipos de individualismo ao longo da história, produzidos pelo meio ambiente experimentado pelo homem, como forma de se

¹ Durkheim parte do todo até o indivíduo enquanto Simmel e Weber procuram nas situações cotidianas, orientações e crenças de atores individuais a explicação para o todo.

² O outro lado da moeda segundo Berman, pode ser percebido na voz de Marx e Nietzsche através da tentativa de expressar e agarrar um mundo onde tudo está impregnado do seu contrário, um mundo onde “tudo que é sólido se desmancha no ar” (Berman, 1986:22).

ajustar às forças externas. No século XVIII, o homem moderno experimenta um individualismo cuja intenção é a liberdade. Os indivíduos confrontados pelas experiências vivenciadas de opressão, injustiça e arbitrariedade, buscavam a sua individualidade para se libertarem das amarras das instituições como a Igreja e a organização social; como exemplos do período temos a Revolução Francesa e os ideais filosóficos de Kant e Fichte. A individualidade neste caso é a busca da igualdade geral e se explica através da igualdade natural, ou seja, em todos os homens existe um núcleo, o homem geral, cujo pleno desenvolvimento deve ser natural e harmônico; e do pressuposto de que o homem era perfeito e por isto não poderia haver nenhuma diferenciação entre eles. Este individualismo foi denominado quantitativo ou da igualdade. A busca da liberdade pressupunha a busca da igualdade, pois qualquer configuração individual descansa no próprio ser e é sempre algo compartilhado com os outros. Nas palavras de Simmel:

“El motivo metafísico fundamental que expresaba en el siglo XVIII en la exigencia práctica: libertad e igualdad, fue éste: el hecho de que el valor de cualquier configuración individual descansa ciertamente en ella sola, en su autorresponsabilidad, pero con esto, sin embargo, en aquello que de ella es común a todos (...)”(Simmel, 1986:274).

Já no século XIX, os princípios da economia eram competência, divisão e especialização funcional do trabalho tornando um indivíduo incomparável a outro e imprescindível. A pessoa resiste a ser nivelada e uniformizada por um mecanismo sociotecnológico (Simmel, 1987:11). Diante destas condições externas o indivíduo passa a buscar a diferenciação, não basta mais ser um indivíduo particular, igual e livre, é fundamental ser único. É o individualismo denominado qualitativo, ou da diferença, a busca da singularidade individual, ou seja:

“A través de toda la modernidad la búsqueda del individuo va hacia sí mismo, hacia un punto de solidez y carácter inequívoco (...)” (Simmel, 1986:276).

A velocidade da vida moderna e a diversidade de sensações experimentadas submetem a mente do indivíduo metropolitano a uma seqüência de estímulos constantes e intensos, levando-o a desenvolver a intelectualidade para proteger-se do ambiente externo. A intelectualidade, a racionalidade, a individualidade redundam em uma estrutura de impessoalidade e num fenômeno psíquico próprio da metrópole chamado *atitude blasé*, considerado uma forma de afastar os complexos estímulos e tolerar os extremos da vida moderna.

Um outro caminho para o estudo do individualismo, pode ser encontrado através dos textos de Durkheim sobre a divisão do trabalho social, pois o autor mostra que nas sociedades onde há divisão do trabalho, a consciência coletiva ocupa uma reduzida parcela na consciência total, permitindo o crescimento da personalidade.

Segundo Durkheim, os membros de uma sociedade possuem duas consciências: a coletiva e a individual. A consciência individual representa o que temos de pessoal e distinto, o que faz de nós um indivíduo. Já a consciência coletiva é comum ao grupo inteiro, corresponde ao conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade e que forma um sistema determinado com vida própria (Quintanero, 1995:29). A consciência coletiva é proporcional à coesão entre os integrantes da comunidade: quanto mais os integrantes se sintam semelhantes, menor é a sua individualidade.

Durkheim define duas formas de solidariedade: a orgânica e a mecânica. Nas sociedades onde a solidariedade mecânica é muito desenvolvida, o indivíduo não se pertence, ele é literalmente uma coisa da qual a sociedade dispõe (Durkheim, 1978:69). Os vínculos que atam os membros à sociedade não são recíprocos e sim mecânicos, se

assemelham aos que unem um déspota ao seu súdito. As consciências individuais são tão semelhantes e os membros são tão pouco desiguais que não podem ser chamados de indivíduos, dessa forma os membros permanecem inconscientes porque são dominados pela consciência coletiva.

O individualismo, na obra de Durkheim, está associado à solidariedade orgânica produzida pela divisão do trabalho que pressupõe a diferenciação dos indivíduos. Assim, para explicar o individualismo Durkheim aponta certas características da sociedade moderna, que Quintanero expõe da seguinte forma:

“Segundo Durkheim, somente existem indivíduos, no sentido moderno da expressão, quando se vive numa sociedade altamente diferenciada, ou seja, onde a divisão do trabalho está presente, e na qual a consciência coletiva ocupa um espaço já muito reduzido em face da consciência individual” (Quintanero, 1995).

A verdadeira função da divisão social do trabalho de acordo com Durkheim é criar entre duas ou mais pessoas o sentimento de solidariedade. Assim, a solidariedade orgânica, derivada da divisão social do trabalho, pressupõe uma dependência entre os membros da sociedade baseada na divisão de tarefas, cuja função é dar coesão e assegurar unidade à sociedade. De acordo com o autor, nas sociedades onde se desenvolve uma divisão do trabalho, a consciência coletiva ocupa reduzida parcela da consciência total, permitindo a ampliação do espaço para o crescimento da personalidade. Quanto maior é a divisão do trabalho em uma determinada sociedade, mais difícil é a regulamentação de todas as funções sociais que engendra, e, portanto descobre-se uma parcela da consciência individual. A individualidade do todo cresce ao mesmo tempo em que a das partes e a sociedade torna-se cada vez mais capaz de mover-se como conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios (Durkheim, 1978:70).

Já, Max Weber (1992) aborda o individualismo ao analisar a racionalização em todas as esferas da vida social, um dos traços mais marcantes da sociedade moderna, segundo o autor. Ele esboça as condições do novo mundo através da racionalização, colocando o indivíduo no limiar entre a racionalidade e irracionalidade e confirmando a posição ambígua da racionalidade diante da liberdade individual.

Pensando a modernidade como destino e como problema, neste jogo entre o inexorável e o possível, Weber desenha uma concepção da especificidade das *condições modernas*³ e suas causas (Schluchter, 1990).

Weber centra a sua análise no processo por ele denominado de modernização ou racionalização ou até mesmo desencantamento, desenvolvido no Ocidente, esboçando então as condições desse novo mundo. Em outras palavras, o fio condutor para a interpretação da nova realidade e da história contemporânea é o processo de racionalização através do qual a realidade foi desencantada e tornou-se monótona, plana e prosaica (Loewith, 1981:150). A racionalização é vista como um todo original e sem imputação causal posterior; isto é, como um modo de vida e um caráter ocidental multicondicionado e, no entanto, único. Esse caráter normativo é manifestado no espírito do capitalismo, bem como no protestantismo (Loewith, 1981:151).

A atitude assumida por Weber, que também determina a sua metodologia, é colocar, nesse mundo de sujeição, o indivíduo como homem pertencente a si mesmo e autoconfiante. A peça chave para este estudo é que, segundo o pensamento weberiano, o inverso *aparente* da racionalização é a liberdade do indivíduo, dependente e responsável

³ Condições modernas porque segundo Schluchter (1990), Weber nunca usava o conceito de modernidade sem qualificá-lo. Usava sempre os termos capitalismo moderno, racionalismo moderno e liberdade moderna.

apenas por si mesmo, o “herói humano” (a individualidade) em relação ao domínio das “ordens” da vida moderna que vieram a existir através da racionalização (Loewith, 1981:150). Apesar do resultado da racionalização universal da vida ser um sistema de dependência em todos os lados, um “cárcere”, uma “mecanização” geral do homem, uma arregimentação de cada um para um “empreendimento”, é ela que possibilita as condições para a liberdade (Loewith, 1981:152).

A liberdade humana da auto-responsabilidade diante da racionalidade da vida moderna é o homem livre diante das ordens institucionais racionalizadas. Porém, o autor salienta que a liberdade buscada como livre escolha dos meios, para se atingir um fim autoproposto, é acompanhada de racionalidade. Portanto, agir como uma pessoa livre significa agir propositalmente, quando o comportamento humano é imprevisível, o homem tem menor controle de si mesmo e sua ação tem menor liberdade.

Entretanto é de fundamental importância observar que Weber também mostra que o homem moderno através da extrema racionalidade pode vir a perder a sua individualidade. Argumenta que de todas as forças que diminuem a importância da ação individual a mais irresistível é a disciplina racional. As características marcantes da disciplina são a eliminação da crítica pessoal e a mera execução da ordem recebida que condiciona um comportamento uniforme.

O individualismo como forma de distinção, em uma sociedade diferenciada, baseada na divisão do trabalho e na especialização funcional, é um traço característico do homem moderno segundo os autores citados. A divisão do trabalho e a especialização do homem moderno são consenso, entre os autores citados, como alguns dos fatores que geraram esta conquista de individualidade. Já a outra face desse individualismo é

caracterizada de forma diferenciada: para Simmel o excesso de individualismo do homem metropolitano pode levá-lo à reserva e à distância mental, enquanto para Weber, a racionalidade extrema na forma de disciplina pode diminuir a individualidade conquistada pelo homem através do processo de racionalização.

Dentro desta perspectiva de mundo moderno, o individualismo é considerado uma das características marcantes da sociedade emergente, que altera a percepção e o uso do espaço público. Socialmente, os homens passam a estabelecer novas formas de interação e suas relações tornam-se mais efêmeras e fugazes. A partir das abordagens sobre espaço e vida cotidiana identificamos a estreita relação entre individualismo e espaço público.

Percebe-se claramente no conjunto das descrições que a modernidade não é um processo linear, delimitado, coerente e coeso, muito pelo contrário é um processo contraditório e ambíguo, onde os limites entre racional e irracional, liberdade e solidão, igualdade e diferenciação, racionalidade e liberdade, são resultados de uma sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica. (Harvey, 1992).

A partir da década de sessenta, do século passado, os autores modernos são incessantemente recuperados na tentativa de explicar, segundo Huyssen, uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, através de uma mutação na sensibilidade, nas práticas e formas discursivas. (*apud* Harvey, 1992).

Para Giddens (1991), a pós-modernidade, ou a modernidade tardia como ele prefere, é a descrição da trajetória do desenvolvimento social que está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social.

Segundo Touraine, desde 1968, vivemos a crise e a decomposição da sociedade industrial, de seu campo cultural, de seus atores sociais, de suas formas de ação política (Touraine, 1994:380).

Encontramos-nos, portanto, diante de um ambiente com enorme capacidade de mutação, produção e difusão em massa das representações, das informações e das linguagens. Emerge um mercado mundial de capital em constante desequilíbrio, dificultando o trabalho dos Estados e acentuando o papel político do governo local. As cidades passam a desempenhar uma importante função dentro do novo modelo econômico por ser a sede das principais atividades econômicas, políticas, culturais e administrativas e possuir a capacidade de articular em rede os territórios ao seu redor. (Castells, 1999).

Os principais motivos apontados como colaboradores na configuração da pós-modernidade, ou da sociedade pós-industrial, geralmente são: o progresso científico tecnológico, o desenvolvimento organizacional, a globalização, a difusão da mídia de massa e a educação em massa. Algumas transformações são mais visíveis e em geral compartilhadas por boa parte dos teóricos como, por exemplo, o deslocamento de um tipo de sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro mais relacionado com a informação. Na opinião de Touraine, construímos uma *sociedade programada* onde a produção de bens simbólicos tomou o lugar central que era ocupado pela produção de bens materiais na sociedade industrial (Touraine, 1994:378). A suspensão das grandes narrativas é outro aspecto destacado, já que aparentemente não temos mais um enredo dominante com passado definido e futuro pré-determinado. A pós-modernidade vem desconstruindo o enredo, e a história não tem mais a forma totalizada, uniforme e unitária. Além disso, há a perda da crença no progresso ilimitado que é um dos fatores que fundamentam a dissolução das grandes narrativas. Nas palavras de Harvey:

As verdades eternas e universais, se é que existem, não podem ser especificadas. Condenando as metanarrativas (amplos esquemas interpretativos como os produzidos por Marx ou Freud) como “totalizantes”, eles insistem na pluralidade de formações de “poder-discurso” (Foucault) ou de “jogos de linguagem” (Lyotard). Lyotard, com efeito, define o pós-moderno simplesmente como “incredulidade diante das metanarrativas”. (Harvey, 1992)

Na arquitetura, a passagem para o pós-modernismo ganhou um marco simbólico com a demolição, no dia 15 de julho de 1972, do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, um exemplar da máquina de morar modernista. A partir deste momento, o discurso teórico da arquitetura começa a rever seus ideais, passando a considerar as pessoas e não o *homem* e a aprender com a diversidade a produzir não mais em massa, mas para atender as necessidades de uma pessoa ou de um grupo específico. A paisagem que se pretende não é mais a das torres de vidro e dos blocos de concreto, mas sim a defesa de um ambiente urbano agradável e satisfatório.

Espaço público: um conceito

As transformações sociais, econômicas e culturais configuraram a sociedade moderna, industrial ou urbana, exprimindo novos modos de ser e de viver, refletidos também no uso e ocupação dos espaços públicos e na procura por diferentes formas de sociabilidade. A atual aceleração do tempo com a construção de um ambiente extremamente mutável e de novas formas de ação política propiciam a reflexão sobre a relação entre as sociedades e os usos dos espaços públicos. Por estarem inseridos nesses ambientes e vivenciando tais processos da transformação, percebemos através da obra de alguns autores diversas formas de relacionar as transformações das sociedades às mudanças no uso e ocupação dos espaços públicos; seja através da angústia de Arendt (1989) provocada pela perda da liberdade, na percepção de Sennett (1988) sobre as tiranias

da intimidade ou no relato de Habermas sobre a mudança da esfera pública (1999). Portanto, recolher a experiência e o pensamento desses autores é um caminho para a formatação de um conceito de espaço público que norteie o desenvolvimento deste trabalho.

Arendt traça a condição humana através de comparações entre a modernidade, a *polis* grega e a experiência do totalitarismo. A chegada do espírito da modernidade faz com que os homens percam suas referências do passado e da tradição. A partir de então são obrigados a enfrentar seus problemas sem as garantias oferecidas pela religião e tradição, tomando a razão como instrumento de decisão. Com esta mudança os homens perdem seus fundamentos do mundo, e agora, frente ao inusitado encontram-se sem critérios seguros, ou seja, sem a capacidade de tornar o mundo familiar. Os homens passam, portanto, a depender da convivência para estabelecer critérios geradores de mundo comum.

A história do mundo moderno é vista, por Arendt, como o individualismo, a despolitização, a competição, a indiferença com relação às coisas públicas e principalmente como a dissolução do espaço público. A partir desta dissolução do espaço público, a autora aponta algumas consequências⁴ correlacionadas como a perda do mundo comum, a privação de um mundo compartilhado de significações e a perda da liberdade.

A primeira dimensão é delineada com a perda do mundo comum, onde se materializavam as comunicações através da qual os homens constituíam suas opiniões e julgamentos, com isso eles perderam os critérios de verdade, justiça e de legitimidade. Segundo Arendt, o mundo comum é uma construção, um “artefato humano” que depende

⁴ Consequências sugeridas por Telles (1990), como as três dimensões da vida moderna, dentro do pensamento arendtidiano.

de uma forma específica de sociabilidade produzida num espaço público. É a pluralidade dos pontos de vista que constitui uma existência humana rica em significados onde o mundo transcende a vida pessoal de cada um. A partir da construção de um mundo comum se discerne o relevante do irrelevante, o legítimo do ilegítimo, o justo do injusto, a verdade da mentira e o fato da ficção. Portanto, uma das consequências da dissolução do mundo comum é a perda da noção de realidade, historicamente visível na forma como as massas acreditam e se deixam mobilizar pela propaganda totalitária.

Aos poucos, ao se diluírem as fronteiras entre público e privado, os homens tendem a tomar a sua subjetividade como referência, a fazer de seus sentimentos e interesses a medida para todas as coisas e até mesmo a gerar riscos políticos. A capacidade de julgamento constitui uma faculdade política por ser a capacidade de ver as coisas não apenas do seu próprio ponto de vista. Através da comunicação, o homem exercita a sua faculdade de persuasão e dissuasão, pois a esfera pública só tolera o que é relevante, digno de ser visto e ouvido. A dissolução do espaço público e do mundo comum aprisiona o homem na sua própria subjetividade levando-o a um maior isolamento.

Na segunda dimensão, a autora se refere ao espaço público como o lugar onde a ação e a palavra de cada um, além de serem dotadas de sentido e reconhecidas por todos, são instrumentos da construção da história comum. O espaço público é o lugar da visibilidade, onde os homens usam o discurso para se fazerem entender diante da pluralidade de opiniões. A narração significa uma espécie de reificação através da qual os acontecimentos ganham significados e, por esta via, o estatuto de “uma coisa entre as coisas do mundo existente” (Telles, 1990:35). A reificação equivale à construção de uma noção de permanência e durabilidade do mundo. A perda do espaço público gera a impossibilidade de criação e reconstrução da tradição, pois o espaço público é o lugar que

preserva a ação do esquecimento. Por isto, a autora alerta para o risco do mundo moderno ser palco de experiências mudas, efêmeras e sem referências.

Na terceira dimensão, de acordo com o pensamento de Arendt, o poder está associado ao estabelecimento de relações entre os homens, realizadas através da ação e do discurso. O espaço público ganha o caráter de espaço de deliberação conjunta e a capacidade de engendrar um destino comum. A perda do espaço público pode significar a perda do lugar onde a ação e a palavra se manifestavam enquanto poder (Teles, 1990:37). A liberdade perde sua principal característica que é a capacidade de interromper os automatismos através da ação e do discurso. A vida passa a ser vivida com seus automatismos, guiada pelo destino e pela fatalidade. A liberdade passa a ser identificada com a interioridade, o isolamento e o espaço privado. Como não há mais espaço para a ação e o discurso, os homens perdem a capacidade de associação, e conseqüentemente a capacidade de exercer o poder. Não adianta ter liberdade de pensamento se não há um espaço que torne significativas as opiniões de cada um, construindo desta forma a igualdade.

Nesta dimensão, espaço público se determina enquanto “comunidade politicamente organizada” (Teles, 1990:38). A lei é tratada, por Arendt, como um canal de comunicação e de construção de um mundo comum. É uma referência que permite reconhecer o outro como semelhante e estabelecer a igualdade. Ter direitos significa compartilhar de um mundo comum e pertencer a uma comunidade política.

Compartilhando o objeto espaço público, porém seguindo caminho distinto, Richard Sennett, em *O Declínio do Homem Público*, se propõe a demonstrar as origens do declínio contemporâneo da vida pública e da substituição da paixão política pela

conformidade, gerando uma crescente valorização da vida privada. A tese defendida é a de que os sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada ficaram incubados por muito tempo, sendo resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista.

O autor compara o fim da Época de Augusto para os romanos com as mudanças ocorridas na formação do mundo moderno. Os homens modernos, assim como os romanos pós-augustinianos, tratam a vida pública como uma obrigação formal. As cerimônias, as necessidades militares, os rituais tornam-se deveres, a participação na *res pública* é uma questão de estar de acordo, e os fóruns desta vida pública estão em decadência. Os homens começam a buscar privadamente um novo foco ou um novo princípio. Os romanos procuravam para contrapor ao público um princípio baseado na transcendência religiosa, já os homens modernos buscaram uma reflexão, as psiques, ou o que é autêntico nos sentimentos⁵. O eu tornou-se uma finalidade para o homem moderno, porém o conhecer a si mesmo tornou-se um fim e não um meio através do qual se conhece o mundo. A psicanálise, segundo o autor, foi vista como uma forma de libertação de idéias transcendentais de mal e pecado, tornando os homens disponíveis para participarem mais completa e racionalmente da vida externa. Contudo, ao contrário do que se esperava, as pessoas estão cada vez mais preocupadas com suas próprias vidas e tratando em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos. Nas palavras do autor:

⁵ Aqui podemos notar uma certa consonância entre o pensamento de Sennett e Arendt.

“Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com as emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação”.(Sennett, 1999:17).

É importante perceber, que Sennett faz considerações em relação às transformações espaciais, ocorridas nas cidades, sugerindo a morte do espaço público diante destas tiranias de intimidade. A atomização da cidade colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, acabando com a diversidade criada pela complexidade de experiências naquele determinado espaço (Sennett, 1999:362). Assim, a intimidade é impulsionada à medida que o espaço público se esvazia e se torna desprovido de sentido e significado.

Outro problema apontado é a supressão do espaço público às custas do movimento. A função circular se apropria da cidade de forma perversa. A movimentação se tornou a atividade diária mais carregada de ansiedade (Sennett, 1999:28). Os espaços públicos se transformaram em espaços incertos e eventuais, onde sua verdadeira finalidade é servir como passagem do homem ou do veículo.

Sennett alerta para o paradoxo do isolamento social em locais públicos produzidos pela visibilidade. Segundo o autor, as barreiras visuais são essenciais para a sociabilidade; as pessoas são tanto mais sociáveis quanto mais barreiras tangíveis tiverem entre elas. Quando todos estão se vigiando mutuamente, diminui a sociabilidade e o silêncio reina como a única forma de expressão⁶. Nas palavras do autor:

⁶ Atualmente as experiências práticas de intervenção em espaços públicos parecem demonstrar que as barreiras visuais construídas nesses espaços podem torná-los mais susceptíveis a problemas gerados pela violência urbana.

“Em outros termos diríamos: os seres humanos precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis. Aumentem o contato íntimo e diminuirão a sociabilidade”.(Sennett, 1999: 29).

Numa outra perspectiva analítica, Habermas aborda o espaço público como um fenômeno social, que pode ser descrito como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões (Habermas, 1997:93). Apesar de não explicitar, parece compartilhar com Arendt a opinião de que no espaço público os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas. Ele acrescenta que a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, conformando um espaço social. A função da esfera pública habermasiana é captar e tematizar os problemas da sociedade como um todo, através da formação de contextos comunicacionais das *pessoas virtualmente atingidas* (Habermas, 1997: 97).

Na sua opinião, o limite entre a esfera pública e privada não é definido através de temas ou relações fixas, mas sim através de condições de comunicação modificadas. O fluxo de temas entre esferas é intenso sendo que, na maioria das vezes, a esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada dos problemas sociais. A condição de comunicação dos temas, ou melhor, a maneira como os temas são abordados é diferente entre as esferas públicas e privadas, pois na primeira o acesso é público e na segunda é assegurada a intimidade do grupo. Isto explica porque, segundo o autor, as sociedades inglesa, francesa e alemã, dos séculos XVIII e XIX, conformavam um tipo peculiar de esfera pública, onde um grupo burguês, através da elaboração de um discurso coeso,

apresentado através de publicações, era capaz de formar uma densa rede de comunicação pública⁷.

Ao relacionar o seu conceito de espaço público com o espaço construído o autor diz que as esferas públicas estão muito ligadas aos espaços concretos de público presente; mas, que atualmente através da mídia, a esfera pública tem tornado-se cada vez mais abstrata com a presença virtual de participantes situados em lugares fisicamente distantes.

Segundo o autor, a esfera pública estabelece uma relação direta com a democracia, pois é ela que dá condições de comunicação através da qual se forma a opinião e a vontade de um público cidadão. Por isto, repensando a questão da transformação do espaço público trinta anos depois de sua primeira publicação a este respeito⁸, destaca alteração de algumas perspectivas das ciências sociais e a inserção de novos atores relevantes para a configuração do espaço público, como a mídia. Portanto, atualmente, com relação às sociedades ocidentais, relaciona as mudanças na esfera pública com o crescimento da mídia de massa, das mídias políticas e econômicas. O autor constata que o espaço público construído ainda é um suporte para a esfera pública, pois as manifestações na Tchecoslováquia e na Romênia em 1989 aconteceram nas praças e nas ruas, mas diferentemente do que ocorria no século XIX e início do XX, desencadearam uma violência revolucionária na medida em que foram transformadas pela onipresença da mídia, segundo Habermas:

⁷ Já Fortuna et al. (1999) consideram que a ordem social burguesa foi capaz de agregar interesses privados e convertê-los em questões públicas.

⁸ Em 1990 Habermas redigiu um prefácio para a 17ª edição alemã de *O Espaço Público*, onde o autor revisa a sua obra e teoria sobre o espaço público a partir das novas perspectivas estabelecidas pelas ciências sociais nas últimas décadas (Habermas, 1999).

“A subversão na RDA, Tchecoslováquia e na Romênia constituiu uma reação em cadeia que não foi simplesmente apresentada como um acontecimento histórico transmitido pela televisão, mas que se realizou, ela própria, ao modo de retransmissão televisada”.(Habermas, 1999)

Enfim, como elaborar efetivamente um conceito de espaço público construído adequado à realidade e ao cotidiano das cidades brasileiras? Ao resgatar o pensamento de diversos autores a intenção é de montar uma concepção de espaço público adequada ao objeto e ao problema deste estudo. Uma comparação entre os pensamentos de Sennett, Arendt e Habermas sobre a sobrevivência ou morte do espaço público, com as práticas de intervenções urbanísticas modernas estimula a discussão a esse respeito. De que maneira o debate desses autores pode nos ajudar a pensar sobre o espaço contemporâneo, as efetivas necessidades dos homens e as práticas urbanísticas atuais? Antes de concluir, vale ainda ressaltar a obra de Fortuna, um autor que tem trabalhado com o conceito de espaço público contemporaneamente. Ao estudar o espaço público e a cultura em Portugal nos últimos anos, adota uma conceituação de espaço público, ainda não explicitada pelos outros autores.

Fortuna trata o espaço público como um componente espacial da cidade, um lugar central na constituição das práticas culturais e sociais. Compartilha com Lefebvre a opinião de que o espaço público é um espaço produzido socialmente e de representação. Sua produção social se dá através do conjunto das relações sociais, políticas e ideológicas que o constituem e são forjadas neste espaço. Além disto é um espaço de representação, pois a

liberdade de expressão individual e em grupo lhe confere uma significação carregada de investimentos simbólicos, que ultrapassa sua morfologia física⁹.

É importante ressaltar que para Fortuna, no contexto de fragmentação da vida urbana em sociedades complexas, estes espaços públicos vêm adquirindo o papel de mediação da relação simbólica e afetiva entre os indivíduos e a cidade. Na busca desenfreada por símbolos de representações emblemáticas da identidade da cidade, muitas vezes estes espaços ganham o papel de protagonista, tornando-se o cartão-postal. Nas palavras do autor:

“Pela importância que têm na organização funcional e econômica das cidades e na sua configuração urbanística e arquitetônica, os espaços públicos de consumo e lazer são ingredientes fundamentais das paisagens e imagens culturais das cidades, funcionando como fatores do marketing urbano e acionando estratégias políticas e econômicas da sua promoção”.(Fortuna, 1999:105).

Portanto, o conceito de espaço público que procuramos configurar neste trabalho remete a um componente espacial da cidade, como um elemento estrutural do desenho urbano, um marco (Lynch, 1960); um lugar central na constituição de práticas culturais e sociais (Park, 1987) que conferem a este espaço um potencial identitário na medida em que os valores sociais e culturais são ali forjados e partilhados. Espaços onde há a constante negociação da realidade (Arendt, 1989) em busca da construção de um mundo comum, criando e recriando tradição, liberdade, igualdade e democracia. Espaço capaz de captar e tematizar problemas sociais, numa rede de comunicação socialmente significativa

⁹ Entretanto Fortuna, ao compartilhar a definição de espaço de representação de Lefebvre, impõe algumas restrições, pois para ele, Lefebvre não dá o devido valor aos constrangimentos sociais e simbólicos impostos por estes espaços. Evidentemente, como o trabalho de Fortuna aborda os espaços de produção e consumo cultural, espaços de lazer e espaços de consumo massificado, o autor deve valorizar os constrangimentos sociais e simbólicos tendo em vista a lógica própria a estes espaços onde há, de acordo com a sua argumentação, ordenamento, poder interno e dominação social.

(Habermas, 1997). Lugares carregados de valores simbólicos, impregnados de ressonância e ligados à imagem da cidade e da sociedade.

O marco ou referencial é um elemento ou conjunto de elementos arquitetônicos distintos dispostos na paisagem urbana. Sua construção se dá socialmente a partir dos valores partilhados pelos grupos. Estes elementos, a história, a memória e o cotidiano das relações sociais conformam a imagem das cidades. Portanto, os espaços públicos, como elementos arquitetônicos distintos, comportam-se como marcos ou símbolos¹⁰ compondo a imagem das cidades.

Os espaços distintos das cidades são identificados a partir de uma seleção hierárquica de semelhanças e diferenças, relação de proximidade, de separação, de sucessão, de cheios e vazios, de continuidade e de comparação entre as formas arquetípicas, funções, tipologias e objetos arquitetônicos. Isto faz com que se destaquem como lugares urbanos possuindo uma carga de dinamismo que os faz estender além de seus limites.

Merleau-Ponty (1994), ao tratar a fenomenologia da percepção, diz que nossa existência é espacial, e nossos espaços existenciais e essenciais. O espaço existencial é um sistema simbólico que transcende a condição individual para fazer parte de uma vida social. É somente a partir desta relação entre os objetos arquitetônicos e lugares urbanos construídos em épocas distintas que os homens experimentam uma existência rica em significados, referências e identidade.

¹⁰ Símbolos são instrumentos por excelência da integração social; enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o **consensus** acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a consolidação da integração moral. (Bourdieu *apud* Faria, 1997:293).

Os espaços públicos, por constituírem espaços de sociabilidade nos quais se materializam as relações sociais, possibilitam a formação das representações de mundo, a memória coletiva dos grupos, a construção da identidade e a ampliação da cidadania. Desta forma estes lugares se tornam símbolos carregados de uma enorme carga semântica que dão legibilidade ao espaço.

Melo (1998) exprime a relação entre os espaços públicos e a construção coletiva dos grupos sociais dizendo que:

“A sobrevivência dos diversos grupos sociais e da própria sociedade está intimamente ligada à possibilidade de representações individuais e coletivas, através das quais se expressam visões de mundo, sentimentos, expectativas e experiências dos indivíduos”.(Melo, 1998:8).

Por isso a necessidade de repensar continuamente a questão do espaço público e a importância da diversidade dos lugares urbanos na construção de uma experiência existencial.

As cidades como cenários e palcos das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e institucionais são transformadas ao longo dos processos da modernidade e pós-modernidade. Como trabalhar com a nova base territorial, diante das novas formas de interação social, representação e dos novos espaços democráticos? Criar espaços de ação e discurso, um mundo comum compartilhado de significados, onde as diversas opiniões sejam significativas e construam a liberdade e igualdade? Como propor o resgate de um mundo que se encontra “a salvo” na esfera familiar?

Este parece ser um dos muitos desafios que as cidades vão encarar pela frente: assegurar um espaço que garanta os direitos básicos do cidadão, o intercâmbio de

informações, as manifestações, a pluralidade de opiniões, a ética, a democracia, os valores culturais, revitalizando a própria cidade e sua urbanidade.

Capítulo 3 – Do planejamento urbano de Belo Horizonte ao entorno das praças

Este capítulo trata a questão do espaço urbano de Belo Horizonte, suas transformações ao longo dos processos delineados anteriormente, abordando principalmente a desigualdade e a hierarquização dos espaços da cidade. Em seguida, apresenta a escolha das duas praças e seus entorno próximos, cenários da investigação sobre uso e apropriação de espaços públicos contemporâneos.

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, para ser sede da administração pública e pólo político-econômico do Estado. O projeto elaborado pela equipe de Aarão Reis para Belo Horizonte é apontado por diversos autores¹ como uma síntese entre a Paris de Hausmann e a Washington de L'Enfant. Os traços que exprimiam a modernidade já esboçavam a segregação, a diferença e a hierarquização dos espaços. Sua planta foi dividida em três zonas: urbana, suburbana e rural. Desde o planejamento, os terrenos da zona urbana eram destinados às classes mais altas, enquanto a zona suburbana devia ser apropriada pelos menos favorecidos.

Na zona urbana, a sobreposição de duas malhas ortogonais, uma de ruas e outra de avenidas, era a expressão da ordem positivista na configuração urbana da nova capital mineira. Uma forma minuciosamente técnica de planejamento, baseada no acúmulo de conhecimentos urbanísticos e nos modelos adotados na Europa para resolver problemas urbanos, como higiene.

¹ A respeito das possíveis influências ou inspirações para o projeto urbanístico de Belo Horizonte ver Lemos, 1988.

Nos primeiros anos, a ocupação se deu principalmente nas zonas suburbana e rural, pelos trabalhadores não qualificados e por pequenos agricultores, respectivamente. A expansão mais acelerada da zona suburbana permite caracterizar o processo de ocupação de Belo Horizonte como da periferia para o centro, o que contrariou as expectativas iniciais.

Desde o princípio, tanto na zona suburbana quanto na urbana a apropriação dos espaços se deu de forma bastante segregada, de acordo com a categoria ocupacional de seus moradores: nos bairros Funcionários e Floresta, moravam os administradores públicos, em Santa Efigênia e Santa Tereza, os militares, no Barro Preto, Prado e Calafate, os operários.

A cidade começou a se afirmar como centro industrial e a apresentar os primeiros sinais de adensamento a partir dos anos 40. A expansão predominante, nessa época, foi na direção da Cidade Industrial, em áreas ocupadas por populações operárias, que aproveitavam a desvalorização dos terrenos em função das baixas condições ambientais. Além disso, o então prefeito Juscelino Kubitschek propôs a criação da Barragem da Pampulha, procurando reforçar o caráter de modernização urbana da capital e estimulando a ocupação da área, na zona Norte, pela burguesia ascendente. Essa iniciativa por parte do poder público de apoiar e fortalecer o empresariado local com investimentos na construção civil em detrimento da solução de problemas urbanos emergentes foi realizada também, na mesma época, em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, e latino-americanas como Buenos Aires e Lima (Monte-Mór, 1994).

A imagem do novo espaço urbano, criado para atender a demanda da burguesia emergente em Belo Horizonte, se constrói através de marcos urbanos, edifícios exemplares

da arquitetura moderna, estabelecimentos de uso predominante de uma classe em ascensão. Os exemplares se distribuem no entorno da barragem, em sítios, cuja localização foi minuciosamente escolhida, através de uma apurada percepção urbana. Dessa forma, o Iate Clube, a Casa do Baile, o Cassino e a Igreja São Francisco compõem a nova paisagem criada, e a Pampulha passa a participar da definição do estilo de vida belo-horizontino, representando o principal cartão postal da cidade. (Lemos, 1994).

Entretanto, a ocupação e o uso residencial se dá lentamente, pois a elite belo-horizontina se manteve atraída pela zona sul, que além da melhor acessibilidade ainda apresentava uma notável qualidade de vida².

Outras alterações urbanas surgem em decorrência da implantação da Pampulha, como as mudanças no sistema viário e uma inicial preocupação com o zoneamento urbano.

Alguns autores (Singer, 1973) constataam que a partir da década de 50 a lógica capitalista implantada em diversos países da América Latina, correlacionadas com processos de industrialização, urbanização e crescimento demográfico, são fatores responsáveis pela espacialização das contradições urbanas.

A organização espacial das metrópoles brasileiras a partir dos anos 50, segundo Ribeiro e Lago (1994), se dá através da dualização do ambiente urbano construído, com o crescimento das precárias periferias e das áreas centrais. Belo Horizonte, assim como a maioria das metrópoles brasileiras seguiu o mesmo modelo de ocupação e adensamento, principalmente devido à falta de regulamentação do uso do solo urbano³, com a produção extensiva de loteamentos de glebas isoladas, organizados pela iniciativa privada, cujo

² A este respeito da legislação urbanística no espaço belo-horizontino ver Mendonça, 2000.

³ A primeira legislação sobre loteamento e desmembramento foi promulgada em dezembro de 1979.

público alvo eram as classes populares. Os loteamentos davam início a uma incipiente ocupação em locais bastante afastados dos centros urbanos e com total falta de infraestrutura, fazendo com que a população se organizasse e reivindicasse, junto ao poder público, condições de infra-estrutura. As melhorias então executadas, para atender a demanda dessa população, acabavam favorecendo e privilegiando a iniciativa privada, proprietária das áreas entre os espaços centrais consolidados e os periféricos recém-ocupados. O desenvolvimento urbano, dessa forma, se traduz na segregação, hierarquização de áreas e na acessibilidade desigual aos bens e serviços. Além disso, a política habitacional empreendida pelo governo federal na época, através das políticas de financiamento do BNH, também favoreceu em Belo Horizonte a produção residencial nas áreas centrais. Um extraordinário crescimento dos edifícios residenciais produzidos para as classes médias nas áreas centrais consolidou o padrão segregador de estruturação do espaço urbano (Ribeiro & Lago, 1994).

Na década de 80, as grandes cidades brasileiras apresentavam uma notável redução no ritmo de crescimento das regiões metropolitanas, como consequência da tentativa de desconcentração espacial da atividade industrial iniciada na década de 70 através do incentivo dado às cidades médias e da queda acelerada da taxa de fecundidade. A periferização se manteve com taxas de crescimento menores, pois diminuiu a migração para as regiões metropolitanas e a população começou a se deslocar para além dos limites da metrópole. Verificou-se um crescimento da tipologia habitacional multifamiliar nas cidades periféricas, o adensamento das favelas centrais, difusão das ocupações ilegais e a apropriação de antigos bairros populares ou periféricos pela classe média. Diante desta perspectiva de adensamento das favelas centrais e da apropriação de antigos bairros

populares ou periféricos por “ilhas” de setores de classe média, alguns autores chegam a sugerir a diminuição da perversa segregação espacial⁴ (Ribeiro & Azevedo, 1996).

Durante a década de 80, Ribeiro e Lago constataram sensível melhora no acesso aos serviços relacionados ao esgotamento sanitário e abastecimento d'água nas regiões metropolitanas. Observou-se, no entanto, um aumento significativo da população abaixo da linha de pobreza, em comparação com os não pobres, gerando o aumento da desigualdade social. Degradaram-se as condições monetárias, em razão do desemprego, da concentração da renda e da precarização das relações de trabalho, mas melhoraram as condições sociais ligadas ao consumo urbano (Ribeiro & Lago, 1994)⁵. Como efeitos espaciais, eles apontam para um aumento dos pobres nas capitais e periferias e o crescimento dos não pobres nos municípios periféricos.

As conquistas relativas a serviços de infra-estrutura nas periferias também foram apontadas em Belo Horizonte, entretanto nota-se claramente que com o crescimento das periferias e com a concentração urbana houve um declínio da oferta de espaços públicos destinados ao lazer e à cultura, à medida que a cidade se metropolizou (Lemos, 1994).

Um estudo realizado pelo PLAMBEL, na década de 80, através de uma análise quantitativa e qualitativa, demonstrou como é desigual a distribuição dos equipamentos de lazer e dos espaços públicos da cidade, além disso, apontou algumas diferenças entre as formas de apropriação desses espaços, considerando a desigualdade de renda entre os

⁴ A diminuição da segregação espacial tem acarretado um aumento da segregação social, demonstrado através da cristalização de preconceitos ideológicos das elites, aumento de gastos com segurança individual, diminuição da importância do espaço público e a limitação do direito de ir e vir. (Ribeiro & Azevedo, 1996:28).

⁵ Segundo estes autores, consumo urbano ou consumo coletivo são os serviços públicos diversos, como água, luz, limpeza urbana, pavimentação, entre outros.

grupos. O trabalho considera o lazer como uma linguagem, criação específica de cada grupo social, elemento que contribui para o reforço de identidades, para o auto-reconhecimento e para a livre fruição dos espaços (PLAMBEL, 198-).

Este estudo mostra que, de um modo geral, os equipamentos de lazer com raio de atendimento metropolitano, por exemplo, os parques, estão situados no centro ou nas áreas de renda mais alta. O lazer, com raio de atendimento local, caracteriza-se, no caso das periferias, mais por espaços vagos apropriados pela população do que propriamente por equipamentos construídos, pelo poder público, para tal fim. Normalmente os espaços públicos de periferia se restringem a espaços como as praças de bairro e loteamentos, ou espaços especializados, como as praças de esporte ou campo de futebol de várzea.

Segundo o relatório, o poder público tem oferecido soluções diferentes para problemas do mesmo tipo, de acordo com o lugar em que estes ocorrem. O exemplo citado é o parque Julien Rien, no Anchieta, que apesar de estar localizado em terreno com alta declividade, teve sua implantação garantida através de projeto adequado, enquanto áreas da periferia com idênticos problemas não recebem tratamento algum (PLAMBEL, 198-).

O trabalho do Plambel distingue quatro agrupamentos de Unidades Básicas da Estrutura (UBEs), correlacionando as formas diferenciadas de lazer às unidades na estrutura urbana e aos estratos sociais. As Unidades Básicas são periferia distante, periferia próxima, anel intermediário e as áreas de alta renda. É interessante destacar os resultados da periferia próxima e das áreas de alta renda, pois são onde estão situadas as praças escolhidas.

A periferia próxima se caracteriza por possuir estrutura consolidada com alta densidade, ocupada por população de baixa renda. A presença do poder público é maior do

que na periferia distante, entretanto ainda tênue, aparece na construção de algumas quadras e de centros sociais e no tratamento de praças. Destacam, entretanto, que essas praças não propiciam multiplicidade de formas de apropriação, resultando em pouca utilização. Ocorre uma maior diversificação das atividades de lazer, com a população jovem freqüentando bares e discotecas, as vias públicas sendo bastante utilizadas para o lazer. As quadras de esporte aparecem relacionadas a instituições como igreja e escola e em alguns lugares existem clubes particulares utilizados pela comunidade local. É muito comum nestas UBEs alternativas de lazer realizadas pelas associações de bairro, pelo movimento das pastorais e pelo SESI. Outras práticas comuns são as manifestações culturais populares, como congado, folia e pastorinhas.

Na década de 90, foram criados alguns parques em diversas periferias, cuja principal intenção do poder público foi a de preservação de área remanescente e não a de criação de espaços de lazer, convívio, sociabilidade⁶; pois a infra-estrutura implantada, na maioria dos casos, é pequena não propiciando o uso e ocupação contínuos e não possibilitando um raio de abrangência metropolitano como os parques das áreas centrais e de alta renda.

As áreas de alta renda se caracterizam pela concentração nas áreas ao sul e no centro metropolitano, com exceção de alguns bairros na Pampulha. Nessas UBEs, desaparecem os campos de futebol, e a presença de instituições como igreja e escola gerenciando atividades de lazer é rarefeita. Os equipamentos de lazer localizados nesses espaços apresentam um raio de abrangência simbólico que atinge toda a cidade e um raio de utilização que atinge principalmente o anel intermediário. Esses equipamentos de lazer

⁶ A este respeito ver Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1998.

são basicamente áreas tratadas pelo poder público, como praças e parques, bares, restaurantes, boates e clubes. Outra consideração relevante, realizada pelo estudo, sobre as áreas de alta renda é que a possibilidade de se deslocar, de usar a cidade inteira é a característica fundamental de como a população dessas áreas se situa em relação ao lazer.

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, nos últimos anos vem adotando estratégias de descentralização de atividades, e as praças, nas últimas duas gestões estão sendo mantidas pelas Administrações Regionais nas quais se inserem. A Divisão de Parques e Jardins, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, é responsável pela manutenção dos parques e tem elaborado políticas alternativas para implantação e manutenção de áreas verdes públicas e diretrizes básicas para implantação de áreas verdes e similares. Dentre as políticas alternativas, a que tem correlação direta com as praças, é a chamada Adoção de Áreas Verdes, um programa de parceria entre iniciativa privada e a Prefeitura para a manutenção de parques, praças, jardins e canteiros centrais de avenidas. As parcerias vinham sendo realizadas desde 1986, entretanto sua regulamentação se deu em 1991, através do Decreto Municipal No 6.992.

As diretrizes básicas para a implantação das áreas verdes, apresentadas na I Conferência de Política Urbana de Belo Horizonte⁷, definem praças como espaço livre, de uso público, aberto, originados do traçado básico da malha urbana e, geralmente, complementadores e estruturadores do sistema viário e cuja finalidade são as de recreação pública, encontro coletivo, ornamento e cultura. Além disso, estabelecem como diretrizes para o planejamento das praças que pelo menos 50% da área total seja representada por

⁷ Essas diretrizes apresentadas ainda não foram aprovadas, a esse respeito ver Carvalho & Vital, s.d e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, s.d.

áreas ajardinadas, devendo, no mínimo, 20% ser arborizada. E que a implantação de edificações se restrinjam a instalações de apoio e/ou sanitários públicos, mediante aprovação prévia do respectivo projeto pela Comissão de Proteção e Controle das Áreas Verdes e Arborização Urbana – COMAV – não excedendo a área máxima de 2% do total, até o máximo de 50m²; e somente se a praça for maior do que 200m². Nota-se que nesse documento a praça é tratada, em primeiro lugar, como um elemento físico, bidimensional, utilizado para solucionar problemas viários; sem tratar da sua inserção num contexto social, urbano, ambiental e principalmente de forma tridimensional.

Outra importante consideração a ser feita é destacar alguns efeitos perversos que podem surgir em decorrência da política alternativa de Adoção de Áreas Verdes. Um deles é o fato de que a iniciativa privada, na maioria dos casos, se interessa em adotar praças e espaços que tenham visibilidade e cujo caráter simbólico tenha um raio de abrangência que perpasse boa parte da cidade. Como já foi dito, anteriormente, esses espaços tendem a se concentrar nas regiões centrais e de alta renda da cidade, onde também há maior circulação de pessoas. Com isso, é importante que o poder público não deixe de realizar as intervenções necessárias nas outras áreas da cidade, à espera de possíveis parceiros; e que transfira os recursos que deveriam ser destinados à manutenção dos espaços centrais adotados, para os demais. Outro efeito perverso que tem sido comentado por alguns teóricos da paisagem e sociabilidade urbana (Frugoli, 2000) é a possível apropriação dos espaços públicos adotados por organizações privadas, favorecendo o uso para parte de

grupos sociais privilegiados⁸. Frúgoli comenta os trabalhos Zukin sobre a realidade de Nova York da seguinte forma:

“Entretanto, por trás desse uso diversificado, a autora mostra que, dada a falta crescente de recursos por parte do poder municipal, vários espaços públicos vêm sendo cada vez mais geridos por um *pool* de organizações privadas, que cuidam não só da manutenção, como algumas vezes introduzem mudanças arquitetônicas que favorecem o uso por parte dos grupos sociais mais privilegiados. Dessa forma, os patrocinadores desses espaços, em geral poderosos grupos econômicos – têm o poder de impor determinadas formas de utilização que resulta numa espécie de cultura pública cada vez mais privatizada”. (Frugoli, 2000: 24).

É dentro do contexto de diversificados processos sociais, econômicos e demográficos que o espaço urbano de Belo Horizonte se constrói continuamente e que os espaços públicos são apropriados e utilizados coletivamente, fazendo parte da construção da imagem, da identidade, dos simbolismos e do cotidiano da cidade.

As praças definidas para estudo de caso se inserem em áreas que se assemelham por possuírem entorno predominantemente residencial, com ocupação bastante consolidada; entretanto, se distinguem pelos diferentes padrões urbanísticos e arquitetônicos e pela condição de renda, educação e categoria ocupacional dos moradores. Essas áreas foram ocupadas em épocas distintas e com produção de loteamento marcadamente diferenciada. Além disso, as áreas se relacionam de forma diferente com a região na qual estão inseridas.

As áreas delimitadas para o estudo não coincidem com os limites oficiais dos bairros nem com os limites dos setores censitários, pois o objetivo é estudar o entorno próximo a praça. Desse modo, a área estudada no Tupi é menor do que o bairro enquanto a área do Bandeirantes, inclui o bairro Bandeirantes e uma pequena porção que atualmente

⁸ A apropriação indevida de passeios públicos, por bares e restaurantes, é comum nas cidades brasileiras; entretanto, reforçar esta prática e com a parceria do poder público, parece ser um contra-senso.

está dentro dos limites do bairro São Luis. Para a melhor caracterização dessa área utilizou-se como referência um dos setores censitários nela inseridos e os dados relativos às unidades espaciais homogêneas (UEH) na qual se encontram. A área do Tupi está incluída na unidade espacial homogênea (UEH) 56 e a área do Bandeirantes na unidade espacial homogênea 43.

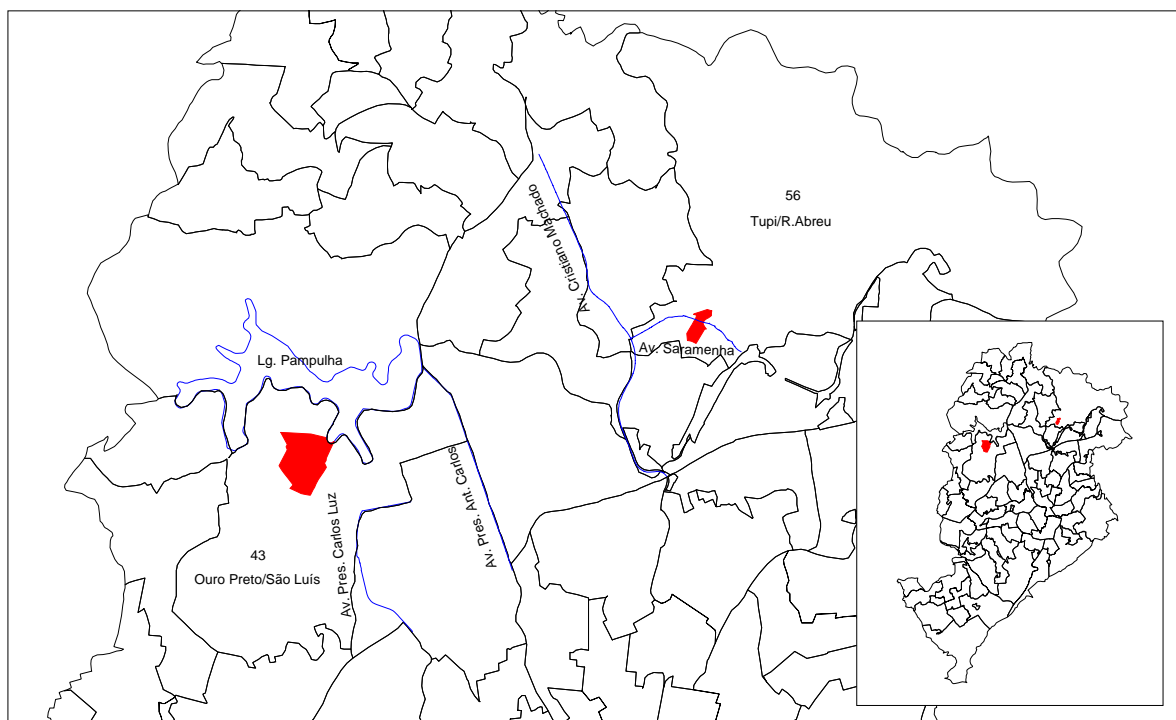


Figura 2 – Mapa UEHs 56 e 43 e setores censitários

A área do Bandeirantes, localizada na regional Pampulha, no entorno próximo à barragem, foi projetada para atender quase que exclusivamente a elite emergente belo-horizontina, possui lotes padrão de 1000m^2 , com tipologia arquitetônica predominantemente unifamiliar horizontal, exemplares da arquitetura modernista na cidade. O sistema viário implantado possui pista de rolamento com calçamento poliédrico, sessão em torno de 10m e passeio com aproximadamente 5m de largura.

Entretanto, essa área se distingue do seu entorno, pois as porções periféricas da Regional Pampulha, especialmente aquelas situadas à oeste, próximas de Contagem, e a norte, na direção de Venda Nova, têm sido ocupadas por populações de baixíssima renda, residentes nos conjuntos habitacionais implantados pelo poder público ou em vilas e favelas⁹.



Praça São Francisco de Assis

Figura 3 - Foto aérea – Regional Pampulha –1967

Fonte www.belo Horizonte.com.br

Praça São Francisco de Assis

Figura 4 - Foto aérea – bairro Bandeirantes – 1999

Fonte www.belo Horizonte.com.br

⁹ A respeito da ocupação da zona norte ver Mendonça, 2000

Tabela 1– Situação dos Domicílios – UEH 43 – 1980 e 1991 – em porcentagem

Situação dos domicílios	1980		1991	
	Bandeirantes		Bandeirantes	
	UEH 43	Setor Censitário	UEH 43	Setor Censitário
Abastecimento de água com canalização interna	79,00	92,50	95,70	100
Número médio de banheiros por residência	-	-	2,41	3,26
Número de cômodos por domicílio	9,13	12,89	10,03	12,46

Fonte: FIBGE – Censo demográfico, tabulações especiais, dados trabalhados.

Os dados da Tabela 1 e as fotos aéreas revelam que as condições de infra-estrutura urbana e o padrão habitacional da área do Bandeirantes são superiores ao da área homogênea 43 na qual estão inseridas. Considerando toda a regional Pampulha e a cidade, a área do Bandeirantes sobressai e se estabelece como um lugar privilegiado.

Neste setor censitário do Bandeirantes, 66,26% das residências possuem três banheiros ou mais e a densidade por dormitório é de 1,66. Os dados mostram que as residências neste setor censitário têm um alto número de cômodos por domicílio e uma baixa densidade por dormitório. Através da foto aérea abaixo é possível perceber o tamanho das habitações, o espaço não ocupado do lote e a infra-estrutura de lazer desses domicílios.



Figura 5 - Foto aérea – residências bairro Bandeirantes –1999

Fonte www.belo Horizonte.com.br

A área no Tupi localiza-se na região Norte e se insere na paisagem urbana por volta da década de 70, quando se dá a produção extensiva de loteamentos de glebas isoladas, cujo público alvo eram as classes populares. A produção do loteamento definiu lotes padrão com 360 m² e a infra-estrutura viária, pista de rolamento e passeio, com as dimensões mínimas exigidas. A arquitetura se caracterizou pela produção espontânea de unidades habitacionais unifamiliares horizontais. A foto aérea abaixo revela o princípio do processo de parcelamento e de ocupação do solo.



Praça Cândido Portinari

Figura 6 - Foto aérea – bairro Tupi – 1967

Fonte www.belo Horizonte.com.br

Tabela 2– Situação dos Domicílios – UEH 56 - 1980 e 1991 – em porcentagem

Situação dos domicílios	1980		1991	
	Tupi		Tupi	
	UEH 56	Setor Censitário	UEH 56	Setor Censitário
Abastecimento de água com canalização interna	45,00	75,10	86,20	100
Número médio de banheiros por residência	-	-	1	1
Número de cômodos por domicílio	4,40	4,89	5,33	5,90

Fonte: FIBGE – Censo demográfico, tabulações especiais, dados trabalhados.

Os dados, baseados no Censo de 1980, delineiam a realidade da década de 70, quando a área começa a ser ocupada com ausência de infra-estrutura; os dados de 1991 já apresentam os sinais das conquistas em termos de infra-estrutura na década de 80. No setor censitário do Tupi, em 1991, 100% das residências possuem 1 banheiro e a densidade por dormitório é de 2,47.

A área do Tupi não se distingue muito dentro da regional Norte. O padrão de habitação, as condições da infra-estrutura e o perfil sócio-econômico de seus moradores são bastante semelhantes aos dos outros bairros.



Praça Cândido Portinari

Figura 7 - Foto aérea – bairro Tupi – 1999

Fonte: www.belo Horizonte.com.br



Figura 8 - Foto aérea Praça Cândido Portinari - Regional Norte-1991

Fonte www.belo Horizonte.com.br



Figura 9 - Foto aérea Pç. São Francisco de Assis –Regional Pampulha – 1991

Fonte www.belo Horizonte.com.br

Os dados e as fotos aéreas (figura 3-5-6) demonstraram que as praças têm em comum o entorno com predomínio de tipologia residencial horizontal, entretanto possuem diferenças marcantes no padrão de habitação, além disso, o perfil sócio-econômico dos

moradores é bastante distinto. Através da tabela 3 é possível perceber as diferenças entre a média dos rendimentos reais mensal familiar das UEHs 43 e 56 e nos setores censitários do Tupi e do Bandeirantes.

Tabela 3 – Média de rendimento real mensal familiar – UEH 43 e UEH 56 – 1991 – em salários mínimos

Faixa de renda real média mensal familiar	1991		1991	
	Bandeirantes		Tupi	
	UEH 43	Setor Censitário	UEH 56	Setor Censitário
Até ¼ salário mínimo	-	-	0,3	2,7
De ¼ a ½ salário mínimo	4,0	-	5,0	8,2
De ½ a 1 salário mínimo	5,4	1,2	10,3	20,9
De 1 a 2 salários mínimos	11,1	4,8	21,3	24,5
De 2 a 3 salários mínimos	7,9	6,0	20,3	16,4
De 3 a 5 salários mínimos	11,0	-	19,8	12,7
De 5 a 10 salários mínimos	14,4	12,0	13,3	3,6
De 10 a 15 salários mínimos	10,0	14,5	3,4	5,5
De 15 a 20 salários mínimos	6,0	16,9	1,0	5,5
De 20 a 30 salários mínimos	10,9	30,1	-	-
Mais de 30 salários mínimos	14,7	14,5	0,1	-
Sem rendimento	1,2	-	1,6	-
Sem declaração	3,2	-	3,7	-

Fonte: FIBGE – Censo demográfico, tabulações especiais, dados trabalhados.

No setor censitário do Tupi, por exemplo, em 1991, em 85,40% dos domicílios a renda real média mensal familiar estava entre de ¼ e 5 salários mínimos e em apenas 11,00% dos domicílios a renda domiciliar era superior a 10 salários mínimos. Enquanto no setor censitário do Bandeirantes, 12% da renda estava entre ¼ e 5 salários mínimos e em 76% dos domicílios a renda era superior a 10 salários mínimos, como mostra a Tabela 3.

Quanto à escolaridade, é representativa a diferença entre o grau da última série, nas duas áreas concluída. No setor censitário do Tupi, a maior parte da população que estudou tem o primário completo ou o 1º grau, e apenas 3,2% completou o superior; enquanto no setor censitário do Bandeirantes 13,8% da população completou o superior e 23,8% está cursando ou concluiu 2º o grau, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4– Grau da última série concluída – UEH 43 e UEH 56 – 1991 – em porcentagem

Grau da última série concluída	1991		1991	
	Bandeirantes		Tupi	
	UEH 43	Setor Censitário	UEH 56	Setor Censitário
Curso de alfabetização de adultos	0,2	-	0,2	-
Primário / elementar	12,5	8,8	21,2	26,6
Ginásio / médio 1 ^o ciclo	5,2	1,3	3,5	2,1
1 ^o grau	11,6	6,3	26,3	18,1
2 ^o grau	8,1	5,3	7,5	11,7
Colegial ou médio 2 ^o grau	5,3	17,5	0,9	1,1
Superior	13,5	13,8	0,9	3,2
Mestrado – doutorado	1,6	3,8	-	-
Nenhum	42,2	43,8	39,5	37,2

Fonte: FIBGE – Censo demográfico, tabulações especiais, dados trabalhados.

As distribuições das categorias sócio-ocupacionais¹⁰ nas UEHs e nos setores também contribuem para elucidar as diferenças entre as áreas¹¹.

Tabela 5 – Categorias sócio-ocupacionais - – UEH 43 e UEH 56 – 1980 e 1991 – em porcentagem

Categoria sócio-ocupacionais	1980				1991			
	Tupi		Bandeirantes		Tupi		Bandeirantes	
	UEH 56	Setor censitário	UEH 43	Setor censitário	UEH 56	Setor censitário	UEH 43	Setor censitário
Agricultor	2,76	-	1,00	-	1,54	-	2,36	9,40
Elite dirigente	-	-	6,40	10,67	-	-	6,87	9,40
Elite intelectual	0,50	1,33	11,60	22,14	1,34	2,61	14,14	12,45
Pequena burguesia	3,98	5,50	6,20	4,74	5,00	5,22	12,18	9,40
Classe média	12,45	20,5	18,20	10,08	22,10	53,04	23,60	31,15
Proletário terciário	21,62	30,5	16,80	7,11	24,20	15,65	13,16	9,40
Proletário secundário	50,50	33,90	17,00	2,96	32,00	23,48	13,16	-
Sub proletariado	8,20	8,37	22,80	42,30	13,82	-	14,53	18,80

Fonte: FIBGE – Censo demográfico, tabulações especiais, dados trabalhados.

¹⁰ A descrição das categorias sócio-ocupacionais está em anexo.

¹¹ O conceito de categorias sócio-ocupacionais parte de variáveis relativas à natureza e à posição tanto na ocupação quanto no trabalho e de variáveis relativas aos setores econômicos nos quais a ocupação ou o trabalho é exercido. O modelo metodológico proposto para hierarquizar as categorias sócio-ocupacionais tem como fundamento a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. Esta centralidade torna a ocupação uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida e comportamento. (Ribeiro & Lago, 1999). A comparação entre as categorias sócio-ocupacionais predominantes entre espaços distintos em Belo Horizonte é uma das formas de se perceber a desigual distribuição de atributos que determinam as chances de inserção dos indivíduos na hierarquia social.

Em 1980, as taxas de elite dirigente e elite intelectual na unidade espacial homogênea 43 são superiores as da Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto as taxas da unidade espacial homogênea 56 são pouco representativas. O alto valor de sub-proletariado no setor censitário do Bandeirante em 1980 se deu em função da porcentagem de empregadas domésticas (41,10%) que moram nas residências. Em 1991, as taxas de elite dirigente, elite intelectual e pequena burguesia na unidade espacial homogênea 43 são superiores as da Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto na unidade espacial homogênea 56, o proletariado terciário, o proletariado secundário e o sub-proletariado são as categorias em que a representatividade supera a da região metropolitana¹².

Outras diferenças entre as duas áreas também podem ser percebidas através da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996. A área do Bandeirantes é uma zona de proteção ambiental dois (ZP-2), região predominantemente ocupada, de proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística onde devem ser mantidos baixos índices de densidade demográfica (LEI 7.166/96). Além disso, é uma Área de Diretriz Especial, mais especificamente a ADE da Pampulha, onde devem ser aplicados parâmetros urbanísticos especiais, como afastamento frontal mínimo de 5,00m, laterais e de fundo mínimos de 3,00m e uso exclusivamente residencial (LEI 7.166/96).

Já a área do Tupi é uma zona de adensamento restrito dois (ZAR-2), região em que as condições de infra-estrutura e as topográficas ou de articulação viária exigem a restrição da ocupação.

¹² Os dados referentes à região metropolitana estão em anexo.

Comparando os dois tipos de zoneamento é possível perceber que o adensamento deve ser evitado nas duas áreas, entretanto por motivos diferentes: na primeira, é predominantemente por controle do patrimônio ambiental, paisagístico e histórico, enquanto na segunda é por falta de infra-estrutura e condições topográficas adequadas.

Compreender a demanda sobre o espaço público de grupos com acesso diferente a bens coletivos, verificar até que ponto o programa arquitetônico das praças atende as demandas dos grupos, como os grupos se apropriam do espaço projetado, quais as formas de sociabilidade desses grupos e identificar a relação entre espaço identidade, história e memória desses grupos são algumas questões que pretendemos abordar a partir de agora.

Capítulo 4 - Paisagem e espaço público

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo, sem pretender esgotar as diversas abordagens que as praças e os grupos possibilitam. As praças São Francisco de Assis e Cândido Portinari foram escolhidas como objeto de pesquisa, a fim de compreender o significado do espaço público hoje, na estrutura urbana e social, considerando uma cidade conformada por diversos núcleos e uma sociedade com alto grau de heterogeneidade social, econômica e cultural.

A escolha das duas praças se deu basicamente em função da localização na malha urbana de Belo Horizonte, das características do entorno e dos grupos sociais residentes nesse entorno, como explicitado no capítulo anterior.

Através das entrevistas realizadas nos órgãos competentes da administração pública e com arquitetos responsáveis por projetos recentes de intervenção em praças de Belo Horizonte, foi possível perceber que os programas arquitetônicos têm sido definidos sem a preocupação de identificar as características peculiares dos grupos usuários, partindo do princípio de que a categoria praça já pré-determina um programa arquitetônico. Com esse procedimento, importantes elementos do desenho urbanos vêm sendo tratados de forma homogênea e pasteurizada. Mas será que eles têm a mesma representação para todos os grupos?

No momento de se repensar valores modernistas, não seria também a hora de rever para que servem os espaços públicos, como as praças? Estes espaços são apropriados pela comunidade e possuem um valor simbólico compartilhado?

As novas praças, construídas no auge do processo de urbanização e de crescimento acelerado das periferias, fazem parte do conjunto simbólico da cidade? Quais as suas identidades? Como essas identidades estão correlacionadas à comunidade local? E qual o seu simbolismo para a população usuária?

Para responder as questões colocadas, a metodologia utilizada foi a observação dos usuários nas praças durante dias da semana e finais de semana, em horários alternados durante os meses de junho, julho e agosto. Durante o período de observação foram aplicadas quinze entrevistas estruturadas em cada praça. A intenção era entrevistar somente os usuários das praças, moradores do entorno. Esta expectativa foi alcançada na Praça Cândido Portinari, no entanto, na Praça São Francisco de Assis, durante o trabalho de campo foi constatado que a maioria dos usuários são moradores de outros bairros da região¹. Por esse motivo foram realizadas entrevistas nessa praça com os usuários e no mês de setembro foram realizadas cinco entrevistas nas residências do entorno, com um dos moradores, mas tendo como objetivo o levantamento dos hábitos de todo o grupo familiar, o que contempla 23 pessoas². Os entrevistados, portanto, serão aqui chamados de usuários, quando tiverem sido entrevistados nas praças e de moradores, quando tiverem sido entrevistados em sua residência.

A partir das observações e das respostas dos entrevistados, delineamos como esses grupos usam e se apropriam de seus espaços, compreendendo e abordando os conceitos pertinentes. Alguns elementos como a sensação e a emoção são fundamentais nessa

¹ Dos quinze usuários entrevistados na Praça São Francisco de Assis, apenas um é morador do entorno próximo, e, portanto, faz parte do grupo pesquisado.

² O morador entrevistado respondeu sobre as formas de apropriação das praças, de sociabilidade e de interação social pelos outros membros da família.

investigação, pois o homem habita e se apropria dos espaços através de seu corpo, que é um explorador da realidade. (Vera, 1997). O espaço é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (Carlos, 1996). A arquitetura cria espaços capazes de trazer à tona sentimentos, memórias e emoções diversas. A apropriação desses espaços se produz de modos diversos configurando formas de interação em função do ambiente, dos grupos, das regras compartilhadas, dos níveis de interação, dos símbolos, enfim de diversas especificidades. Desse modo, a sociabilidade também se dá de forma interativa, articulada à idéia de lugar de ocorrência, inclui o emocional e o afetivo como elementos constituintes (Paiva, 1995). Além disso, é através das relações estabelecidas entre a arquitetura, o espaço físico natural e os processos sociais, econômicos, demográficos e culturais que se constrói a paisagem urbana.

A cidade e suas partes são o produto de toda uma história que se cristaliza e se manifesta. As praças estudadas também fazem parte da história e da memória da cidade e de seus usuários, entretanto a maneira de estabelecer essa relação acontece de forma diferente em cada espaço.

Praça São Francisco de Assis

A Praça São Francisco de Assis, localizada na orla da lagoa da Pampulha, próximo à igreja São Francisco de Assis já possuía uma história relacionada com o cotidiano da cidade mesmo antes de ser uma praça. O conjunto arquitetônico e urbanístico da Pampulha, implantado nos anos 40, pretendia ser um ícone da modernidade e do desenvolvimento, uma das regiões mais bonitas da cidade, cartão-postal, ponto turístico e o maior conjunto de espaços públicos de Belo Horizonte. A Pampulha era considerada símbolo de status da cidade, referência importante na construção da imagem da cidade.

Esse lugar foi apropriado por freqüentadores da região mesmo antes de ser urbanizado. Era conhecido como Mangueiras, por causa do grande número de árvores dessa espécie que existiam ali. O nome Mangueiras era tão significativo para o espaço que ao ser implantado um parque de diversões particular, num lote ao lado, este ganhou o nome de Mangueiras.

Três entrevistados com mais de 40 anos e atuais usuários da praça, quando são interpelados sobre como era a praça antes, nos mostram como o lugar se faz presente em suas memórias:

“Tinha caldo de cana, água de coco, churrasquinho, tinham as mangueiras, a gente saía lá do outro lado da cidade, era uma viagem para chegar aqui, vínhamos de carro, passava pelo Serrano, pelo Zoológico para chegar aqui. Vínhamos muito porque BH não tinha muito lugar de lazer, era aqui ou o Parque Municipal”. (Usuário 7).

“O meu irmão vinha andar a cavalo. Saía lá do Cachoeirinha, alugava o cavalo aqui. No domingo o passeio era sagrado”. (Usuário 12).

“Eu vinha quando era menina, a gente vinha de bonde, descia na Antonio Carlos”. (Usuário 4)

Hoje, o usuário 7 freqüenta a praça aos domingos pela manhã, para passear com o cachorro, e quando lhe pergunto qual o nome da praça a resposta é Mangueiras. O usuário 4, hoje mora no Santa Amélia, bairro próximo, também chama a Praça de Mangueiras e costuma freqüentá-la até três vezes por semana para trazer o neto para brincar.

O fato desses entrevistados se referirem ao lugar ainda como Mangueiras, revela que as lembranças são formadas através de processos contínuos, socialmente construídos apoiados por referências, símbolos e relíquias do presente. Por isso a memória é uma forma de fixar sentido e identidade aos grupos, reconhecendo suas origens e garantindo a sua permanência (Nora, 1995).

Os espaços públicos agem como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas, garantindo-lhes identidade. O sujeito que se auto-reconhece em lugares familiares preserva seu eu, protegendo-se da sensação do anonimato e do abandono. (D'Alessio, 1998).

Tempos depois o lugar, onde hoje é a praça São Francisco de Assis, ganhou alguns brinquedos para crianças, como zanga-burrinho e balanços. Em seguida foram instalados ali, uma pista de patinação e alternaram diversos tipos de restaurantes que contribuíram para reforçar o caráter do lugar como ponto de encontro, lugar de convívio, de lazer e de diversão.

Há menos de cinco anos esse espaço passou por um redesenho urbanístico com a instalação de piso cerâmico, bancos, mirante, canteiros, caminhos e iluminação. Hoje, a forma da praça São Francisco de Assis se assemelha a um semicírculo e ela se insere na Avenida Otacílio Negrão de Lima, dividindo a avenida em duas pistas, uma junto à lagoa, sentido centro-bairro e outra, num nível mais alto, junto ao parque Mangueiras e ao Clube CEF, sentido bairro-centro.



Figura 10 - Vista aérea 1999– Praça São Francisco de Assis, Igreja São Francisco de Assis e a pista centro-bairro da Avenida Otacílio Negrão de Lima
Fonte www.belo Horizonte.com.br

As partes laterais são canteiros em formas livres que solucionam o desnível com taludes gramados. Em uma das laterais há maior concentração de espécies arbóreas de alto porte, com o predomínio de mangueira. Na outra lateral, além do jardim, o desnível foi aproveitado para implantar instalações sanitárias de uso público.



Figura 11 Praça São Francisco de Assis 2001 – esquina com maior concentração de espécies arbóreas de alto porte.

No nível da pista bairro-centro a praça possui uma área plana, no centro, com um piso de cerâmica que permite múltiplo uso, as laterais são taludes que dão acesso à parte inferior da praça.



Figura 12 - Praça São Francisco de Assis 2001 – área central

Na área plana, próxima aos banheiros públicos, também foi implantado um objeto arquitetônico com um restaurante no primeiro piso e mirante no segundo piso. Entretanto, hoje o primeiro piso é utilizado pela Administração Regional da Pampulha, como sede do PROPAM, Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia da Pampulha. Próximo a esse objeto está implantada a caixa d'água, cuja parte inferior é utilizada como depósito de material de manutenção da praça.



Foto: Olavo de Castro Alves

Figura 13 - Praça São Francisco de Assis 2001 – restaurante-mirante

Atualmente, os banheiros públicos foram desativados, e as escadas de acesso foram interditadas com uma corrente. No entanto, durante a pesquisa de campo era comum encontrar algum morador de rua se abrigando por ali, principalmente aos sábados e domingos, dia de maior movimento na praça, no parque e no clube que estão no entorno da praça.



Foto: Rachel de Castro Almeida

Banheiro público

Figura 14 - Praça São Francisco de Assis 2001 – banheiros públicos

A parte inferior da praça, junto à lagoa, é composta basicamente por um calçadão, que em um determinado ponto, próximo do meio, se alarga conformando um recanto cercado por uma arquibancada, voltada para a rua. A ligação entre os níveis é resolvida através de rampas, revestidas com cerâmica.



Foto: Olavo de Castro Alves

Figura 15 - Praça São Francisco de Assis 2001 – arquibancada

Os materiais de revestimento predominantes na praça são a cerâmica, no piso da área plana e na calçada, e o seixo rolado em alguns caminhos secundários. Na fachada do restaurante-mirante o revestimento é argamassa decorativa; o tijolo de vidro é utilizado como detalhe na fachada do restaurante-mirante e como apoio para o assento dos bancos.

Os bancos são semicirculares, com assento de concreto e foram instalados contornando a área plana, em alguns pontos do calçamento próximos aos canteiros e no mirante. No centro da área plana foi instalada uma escultura de ferro. As luminárias são de tipos variados: postes médios isolados, holofotes no piso, e postes nas extremidades dos bancos. Foram instalados dois telefones públicos, um na parte superior e outro na inferior, e por toda a praça foram distribuídas pequenas lixeiras de metal. Os jardins são trabalhados com forrações, como grama são-carlos, grama-japonesa, clorofito, coração-roxo, singônio e arbustos, como bela-emília e azaléia. Um jardineiro, funcionário da prefeitura, é responsável pela manutenção dessa praça.

Durante a pesquisa de campo os jardins estavam sempre bem cuidados com a grama podada e as forrações viçosas, apenas em alguns pontos dos canteiros da área mais sombreada, não existia nenhuma espécie plantada. De forma geral o estado de conservação da praça era muito bom, principalmente quando comparada com as outras praças da cidade. Alguns tijolos de vidro, usados como apoio para os bancos, estavam quebrados e em diversos lugares era comum encontrar algumas pichações, sinais claros de vandalismo.

Os usuários da Praça São Francisco de Assis avaliam positivamente o estado de conservação da praça, algumas vezes estabelecendo comparações “esta está, mas as outras não”. (Usuário 2), “esta está razoável, mas as outras estão muito mal conservadas”. (Usuário 3); outras vezes refletindo sobre a última intervenção “agora esta melhorou muito”. (Usuário 10).

A Praça São Francisco de Assis é percebida pelos usuários e pelos moradores do bairro Bandeirantes como lugar urbano ou espaço existencial³, por fazer parte do conjunto da Pampulha, cujo caráter simbólico é percebido por toda a cidade, com uma ressonância que extrapola os limites dos bairros do entorno.

Quando respondem à pergunta se a praça tem a cara do bairro, aparecem respostas como: ‘Acho que, como ela é circular, tem a ver com as curvas da lagoa e da Igreja’(Usuário 2). ‘É bonita, é arborizada, tem tudo a ver com a Pampulha’ (Usuário 13).

As respostas dos entrevistados confirmam que no espaço urbano, cotidianamente trilhado, vão sendo construídos coletivamente os símbolos que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em outras palavras, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas relações. Nesse processo, espaços existenciais transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas (Arantes, 1994).

O fato dos entrevistados com mais de quarenta anos descreverem a praça como parte importante de suas memórias, e de freqüentarem a praça a despeito de não morarem no entorno próximo, reforça o caráter desse lugar, como espaço existencial, lugar urbano com significação que perpassa a cidade.

É importante, para determinar o caráter e o valor do lugar, perguntar-se ou imaginar como seria a cidade sem ele. Esta legibilidade ou leitura comum dos espaços é uma construção coletiva, historicamente versátil graças à ação social dos cidadãos, mas com uma enorme tendência a sua persistência temporal. (Vera, 1997).

³ O conceito de espaço existencial utilizado nesse trabalho e definido nos capítulos anteriores é originário do de Norberg- Schltz (1983), que se aproxima bastante do conceito contemporâneo de paisagem proposto por Zukin (2000), no qual a paisagem é, em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais.

Quanto às formas de apropriação desse espaço, pode-se inferir, através do relato dos entrevistados, que o lugar onde atualmente é a praça São Francisco de Assis, por volta dos anos 40, teve uma apropriação espontânea pelas pessoas, propiciada pela sombra das árvores e pela localização estratégica que possibilitam uma vista privilegiada da lagoa. Além disso, ali foram implantados, em outras épocas, pista de patinação e um boliche, o que manteve o uso predominante de lazer e recreação. E a contemplação da paisagem foi estimulada também através da atividade de passear a cavalo.

Hoje, depois que este espaço passou por uma intervenção e foi implantada a Praça, a forma de apropriação é diferente, principalmente porque os novos equipamentos instalados sugerem e permitem outros tipos de apropriação. A Praça São Francisco de Assis está junto à parte posterior da Igreja São Francisco; é necessário destacar a singularidade da implantação da Igreja, pois ela tem a frente voltada para a Lagoa e a parte posterior para a avenida Otacílio Negrão de Lima, como pode ser observado através da foto 8. Como a Praça fica no meio da avenida, com a sua parte central localizada em uma cota bem mais elevada, isso lhe permite uma vista privilegiada do entorno e da igreja. Entretanto, esta diferença de nível e a seção realizada pela avenida, não permitem uma integração perfeita entre o espaço da praça e a igreja. Não há uma continuidade entre os espaços externos da igreja e a praça, nem mesmo uma continuidade visual, pois estando na igreja é possível visualizar apenas uma parte da praça. Esses são alguns dos fatores que contribuem para que a praça não seja um espaço de apropriação típica de praça de igreja, no qual as pessoas daquela paróquia se reúnem depois das missas, casamentos ou batizados. Normalmente, após esses eventos as pessoas se dispersam rapidamente. Alguns, poucos, usam a parte mais baixa da praça, próxima à igreja como estacionamento de carros.



Foto: Rachel de Castro Almeida

Figura 16 - Vista da Praça São Francisco de Assis .

A partir das observações é possível perceber que a Praça São Francisco de Assis é apropriada durante a semana, pela manhã, por usuários jovens, que passam pela praça ao fazer caminhada, alguns usuários mais idosos que costumam fazer a caminhada ao redor da praça e por crianças com acompanhantes para brincar, andar de bicicleta e patinete. Uma ou outra vez, algumas pessoas que fazem caminhada param para fazer ginástica à sombra, ou utilizam os bancos, postes e árvores como apoio para realizar os exercícios. À tarde é comum um número maior de frequentadores do que pela manhã, tem casais de namorados assentados nos bancos ou na grama e crianças brincando, quase sempre acompanhadas por um adulto. As brincadeiras mais comuns entre as crianças são andar de bicicleta, correr, brincar de pique-pegas, jogar bola e andar de patinete.

Aos sábados, pela manhã, desde maio de 2000, acontecem na praça alguns eventos, organizados pela Associação de Moradores e pela Administração Regional norte, das 9:00 as 17:00 são expostos trabalhos como pintura em tela, bijuteria, roupas, comidas e flores. Num sábado por mês, no final da tarde, acontecem algumas apresentações de banda, conjuntos, corais, orquestras, etc. Especialmente no domingo, a praça sofre influência do

parque de diversões localizado no seu entorno próximo, pois alguns usuários do parque utilizam a praça de formas diversas como uma extensão do parque, lugar de lazer.

As entrevistas e observações têm mostrado que essa praça é freqüentada e apropriada muito mais por moradores da região da Pampulha em geral, do que por moradores do bairro Bandeirantes. Este fato foi determinante para que, além das entrevistas realizadas com os usuários do espaço, fossem realizadas também algumas entrevistas com os moradores do bairro Bandeirantes, com a intenção de esclarecer o motivo que os leva a não se apropriarem do espaço. Pois o fato dela ser apropriada por moradores de outros bairros e ser considerada cartão-postal não explicitam o motivo que leva os moradores do bairro a não freqüentarem suas praças⁴.

Os moradores do bairro Bandeirantes, durante as entrevistas em suas casas, quando expõem porque não costumam freqüentar as praças do bairro, explicam que:

“Quando era criança ia a praças para brincar. Elas tinham atrativos e mais segurança. Hoje normalmente elas são mal cuidadas, sem atrativos e sem segurança”. (Morador 4).

“Meu lazer não é direcionado para praças. Os meninos gostam de motocross, aeromodelismo e natação”. (Morador 1).

“Você fica em casa, ouve música, vai ao cinema. A praça deixou de ser... mudou o comportamento”. (Morador 4).

As afirmações confirmam que a apreensão dos habitantes, em face das mudanças da paisagem, caminha junto com as mudanças de uso, revelando claramente que esse grupo não dispõe mais do mesmo espaço de comunicação, nem do espaço cívico, nem do mesmo tempo de deslocamento, nem do mesmo ambiente urbano. O habitante percebeu como se

⁴ Em Belo Horizonte existem outras praças como a Praça da Liberdade e a Santa Tereza que são cartões-postais da cidade e são freqüentadas por moradores de outros bairros, entretanto isso não elimina ou limita o uso e apropriação desses espaços pelos moradores do entorno mais próximo.

transformam as formas da paisagem urbana juntamente com as condições de vida pública (Joseph, 1999).

A única moradora que respondeu que freqüenta a praça, o faz uma vez por mês, quando tem eventos musicais. Dois deles respondem que quase não saem de casa porque não tem necessidade de sair e que ‘a gente tem o privilégio de viver em ótimas casas, ninguém sai lá fora. Fica em casa. Tem uma infra-estrutura dentro de casa que atende as necessidades. Quando a pessoa mora em apartamento ainda quer respirar’.

A condição privilegiada da habitação e o fato de responderem que praticam esportes como natação, vôlei, hipismo, escalada, aeromodelismo e motocross mostram que esse grupo tem preferido outras formas de lazer, onde o relacionamento entre as pessoas se dá entre grupos de estratos semelhantes. Na conclusão de D’Incao (1992) sobre sociabilidade urbana em São Paulo, as crianças de classe média ascendente têm se preocupado com uma educação suplementar e com o desenvolvimento do corpo através de natação, jogos, ginástica, dança e luta.



Foto: Rachel de Castro Almeida

Figura 17 - Passeio Rua Cremona – Bandeirantes



Foto: Rachel de Castro Almeida

Figura 18 – Passeio Rua Messina – Bandeirantes

Outra consideração importante é relativa ao tratamento das calçadas. Como pode ser observado nas fotos acima, o passeio é um gramado verde, sem revestimento apropriado para tráfego de pedestres. Esta é uma das demonstrações de que os moradores utilizam a rua apenas como local de passagem de veículo evidenciando que este grupo não tem usado os espaços públicos como lugar central na constituição de práticas culturais e sociais. Como sugerem outros estudos, como os de Sennett e D’Incao, as ruas e as praças são excluídas com espaço social cotidiano de estar, de se integrar e de recrear, transformando-se quase que unicamente em espaços de passagem de carros e de motos. A rua destinada unicamente à circulação põe em risco as interações anônimas e impessoais e as possibilidades de estabelecer relações de vizinhança.

Temos a nítida impressão de que o espaço, como lugar do agir comunicacional (Habermas, 1999) ou da negociação da realidade na busca da construção de um mundo comum (Arendt, 1989), não faz parte da rotina diária desses moradores. Essa sensação é confirmada quando eles dizem qual a importância da praça para o bairro e o que representa para eles as praças do bairro:

“É uma área livre de respiração para a cidade”. (Morador 5)

“É uma área verde, preservar o verde, o visual. Tem importância pelo aspecto estético”. (Morador 4)

“Nada. A Praça São Francisco é um ponto onde quem frequenta são os pais com crianças”. (Morador 3)

“Para mim não representa nada”. (Morador 1)

Mais uma vez as falas demonstram que a percepção dos moradores do bairro, quanto à importância de suas praças, se reduz a um espaço de passagem, para ser visto e apreciado por seus aspectos estéticos e ambientais, mas nenhum dos entrevistados revelou aspectos relacionados à sociabilidade e interação social.

Entretanto, no discurso dos moradores de bairros da redondeza, principais usuários dessa praça, eles dizem que escolhem ir até esse espaço, por considerá-lo um lugar agradável, com uma vista bonita, tranquilo, relativamente vazio, grande, plano. Algumas respostas são frequentes como: ‘ela é plana para brincar, tem o parque, tem a lagoa, é agradável, os jardins são cuidados’, ‘por causa da lagoa’, ‘é legal, tem área de sombra, de sol, tem água de coco’, ‘por causa da infra-estrutura’, ‘por causa do espaço e da localização’. Essas afirmações sugerem que a praça tem um espaço agradável, é bem cuidada, é segura; qualidades que fazem com que as pessoas se desloquem dos bairros onde moram, mesmo tendo praças perto de casa, para usufruírem os benefícios dessa praça. Então, se essa é uma praça privilegiada em termos de infra-estrutura dentro da cidade e se atrai pessoas de outras regiões, porque não atende os moradores do bairro Bandeirantes?

Vejamos o que os moradores do bairro Bandeirantes contestam quando interrogados se as praças de seu bairro atendem as suas necessidades:

“Sou indiferente”. (Morador 1)

“Não. Você fica em casa, ouve música, vai ao cinema. A praça deixou de ser... mudou o comportamento das pessoas”. (Morador 4).

As réplicas confirmam a impressão de que a população de alta renda, nas grandes cidades, tem abandonado os espaços públicos, aparentemente por estar sendo atraída por outros modos de sociabilidade e interação social.

Praça Cândido Portinari

A história da Praça Cândido Portinari é mais recente, pois começou com a sua implantação. Antes os usuários contam que era um lote vago, não tinha nada. Assim, a memória e a história da Praça Cândido Portinari possuem certas peculiaridades; pois é através do cotidiano, da apropriação diária pelos moradores e dos rituais que acontecem na

praça que se constrói a história e a memória do bairro. A praça foi construída há mais de quinze anos, se insere na parte baixa do bairro Tupi, próximo à avenida sanitária de acesso ao bairro, camada Saramenha. Possui um entorno predominantemente residencial, com eventual presença de alguns bares nas esquinas.

Os entrevistados relatam que desde os primeiros anos já era bastante freqüentada, fazendo parte da rotina dos moradores, como lugar privilegiado e central para a vida do bairro:

“Depois da missa todos vinham para a Praça. ‘Vou sair’ significava vir para a Praça. Aqui tinha barraquinha, quadrilha, comício. Agora com a Saramenha as festas acontecem lá”. (Usuário 8).

A praça já foi mais freqüentada e apesar de não estar bem próxima à Igreja São José as pessoas saíam da missa e iam para lá. Os entrevistados também se lembram que, há alguns anos, existiam dois bares no entorno da praça que atraíam as pessoas, principalmente os jovens e adolescentes que ali se reuniam, à noite, para namorar, conversar e até mesmo jogar. Além disso, ali também acontecia com freqüência festas junina e de escolas, torneios de futebol e vôlei. Os eventos fazem parte das lembranças e da história de vida dos entrevistados, e a Praça Cândido Portinari, neste caso é um dos fatores que referencia a memória e garante uma identidade distinta ao grupo e ao lugar.

A praça Cândido Portinari mantém desde sua implantação, as características do projeto original. Sua forma é triangular e foi projetada com desníveis que conformam três ambientes distintos. O nível mais baixo está localizado no encontro das ruas Ari Barroso com Afonso Taunay de Souza é a área mais sombreada da praça, com a presença marcante de árvores de alto porte, onde foi implantado um pequeno teatro de arena e bancos, em forma semicircular e em “s”. Também está instalada nesse nível a cabine de apoio da SLU.



Foto: Olavo de Castro Alves

Figura 19 - Praça Cândido Portinari 2001 – nível inferior

No nível intermediário, no encontro das ruas Ari Barroso e Lazar Segal, foi implantada uma quadra poliesportiva, cercada por um alambrado de tela, com duas entradas, em lados distintos. Entre a quadra e o passeio, aproveitando o desnível, foi implantada uma arquibancada.



Foto: Olavo de Castro Alves

Figura 20 - Praça Cândido Portinari 2001 – nível intermediário

No outro extremo, nível mais alto, encontro das ruas Lazar Segal e Afonso Taunay de Souza, estão as mesas para jogos, um banco semicircular e alguns canteiros sem nenhuma forração, apenas com algumas espécies arbóreas de médio porte. A ligação entre os platôs é resolvida por taludes recobertos por gramas com falhas; em alguns pontos

crecem matos e em outros ocorrem erosões. Os desníveis são resolvidos internamente com escadas, de concreto ou tijolo requemado. O passeio é pavimentado com concreto, e em intervalos regulares foram plantadas árvores, entretanto não foram instaladas grelhas. Na maioria dos canteiros não existe nenhum tipo de forração e a espécie arbórea predominante, na praça, é a sibipiruna.



Foto: Olavo de Castro Alves

Figura 21 - Praça Cândido Portinari 2001 – nível superior

Os principais materiais utilizados são tijolos e concreto. O piso da quadra é de concreto, assim como a maior parte dos pisos das outras áreas da praça. Em alguns pontos foram trabalhados desenhos no piso com tijolo maciço requemado. A arquibancada e o pequeno teatro de arena são de tijolo requemado. Os bancos e as mesas de jogos são de concreto. Os canteiros são arrematados com cordões de concreto. A praça não tem lixeiras, nem iluminação específica, apenas alguns postes altos, padrão da Cemig.

Durante a observação foi possível perceber que o estado de conservação da praça é ruim, a ausência de forrações nos canteiros, as árvores e gramas sem poda imprimem um caráter de descuido. Os apoios de ferro do alambrado estão corroídos e a tela arrebitada em diversas partes. Entretanto, esses não são sinais de vandalismo e sim desgaste devido

ao uso, ao longo do tempo. O único sinal de vandalismo foi encontrado nas pichações, principalmente nos bancos.

Os usuários da praça são unânimes ao afirmar que a praça está muito mal cuidada. Eles dizem que: ‘(...) precisa deixar a quadra lisa para jogar e não machucar, telas novas, grama, desmanchar a parte de baixo e colocar mesas’, ‘(...) precisa de limpeza, canteiro, pintura, jardim, bebedouro, mais evento, banheiro’, ‘(...) grama verde, limpar, consertar a quadra, ‘(...) brinquedo para as crianças, bancos separados, fonte, policiamento.’ As respostas se repetem, e a conclusão da maioria dos entrevistado é a de que a praça atende as necessidades do grupo, mas poderia estar mais bem cuidada.

Através das entrevistas aos usuários da Praça Cândido Portinari, percebe-se que apesar desse lugar não se estabelecer como espaço existencial para a cidade como um todo; a praça constitui um lugar privilegiado na construção dos símbolos do bairro. Os relatos dos moradores são expressivos:

“O Bairro e a praça são bons lugares, a praça ajuda a embelezar o bairro. O bairro sem a praça acaba, aonde nós vamos?” (Usuário 6).

“É o único lugar do bairro. Fui criado aqui na praça. É o ponto de referência do bairro, as pessoas chamam de Praça do Tupi”.(Usuário 8).

A arquitetura se insere como parte da cultura de uma sociedade na medida em que revela e expressa significados compartilhados coletivamente. Desse modo, o verdadeiro objetivo da arquitetura é contribuir para fazer significativa a existência humana ao construir espaços existenciais, ou seja, lugares que se distingam com referências urbanas, sítios cuja significação tenha uma carga de dinamismo que os façam se estender além de seus limites como se estivessem impregnados de ressonância. A ressonância nesse caso é

demonstrada através do discurso dos entrevistados, quando a praça se distingue com ponto de referência e quando carrega o nome do bairro.

Além disso, os usuários confirmam o significado da praça enquanto espaço existencial quando avaliam a importância da praça para o bairro:

“É tudo, se não tivesse a Praça não teria mais nada”. (Usuário 13).

“Ponto de referência”. (Usuário 4).

“Fui criado aqui na praça”. (Usuário 9)

A arquitetura e os espaços existenciais contribuem para a construção da imagem das cidades, na medida em que apropriados coletivamente, passam a fazer parte da memória coletiva e da identidade do lugar.

Com relação às formas de apropriação da Praça Cândido Portinari, os usuários nos relatam que este espaço passou a fazer parte do cotidiano do bairro assim que foi implantado, não sofrendo alterações ou intervenções significativas e, portanto com poucas alterações nas formas de uso e ocupação. Eles dizem que:

“A Praça mudou pouco, só tiraram o tanque de areia, colocaram a SLU, portas na quadra e tiraram uma fonte, bebedouro”.(Usuário 8).

As observações e estudos têm demonstrado que a Praça Cândido Portinari é intensamente freqüentada por grupos de diversas idades, com a presença assídua de crianças entre 5 e 10 anos soltando pipa, brincando e andando de bicicleta. A praça parece estabelecer um cronograma de usos e horários. Nos dias de semana de manhã entre 8:00 e 9:30 ela é um lugar de passagem de diversas pessoas apressadas, que parecem ter destino certo e nem mesmo perceber que a Praça faz parte de seu percurso diário. Ali pelas 9:30 a praça começa a despertar para as suas atividades rotineiras e diversas crianças até 4 anos aparecem acompanhadas por adultos desse modo a praça se estabelece como lugar de

encontro entre mães, pais, avós, tios e irmão que se divertem, tomam sol e conversam enquanto as crianças brincam, jogam bola, correm, choram, brigam, iniciando seu processo de socialização. Normalmente ficam reunidos na parte mais baixa da praça, os acompanhantes assentados nos bancos e as crianças no meio da roda e esta atividade geralmente acontece até cerca de 11:00h.

Nos finais de semana o cronograma para o uso da quadra é mais rígido e as regras estabelecidas saltam aos olhos e são logo compartilhadas nas entrevistas. Aos sábados e domingos pela manhã é hora do jogo de futebol e à tarde entre 14:00 e 18:00 é a vez do jogo de vôlei. Os principais integrantes das equipes são sempre os mesmos, com algumas variações, entretanto, não é vetada a participação de qualquer adulto desde que saiba jogar. Nos intervalos entre os dois jogos, a quadra é rapidamente apropriada por crianças com bolas de todos os tipos e tamanhos e logo os espaços são divididos: as áreas próximas aos gols são apropriadas pelos meninos maiores que jogam entre si, três a três, revezando os goleiros. A parte do meio fica para as meninas e crianças menores brincarem com a bola de forma aleatória.

À tarde revive-se o espetáculo do esporte e do lazer, com os jogadores de vôlei, normalmente vestidos com roupas e acessórios apropriados. Enquanto uns jogam, outros assistem esperando a sua vez, assentados no chão dentro da quadra ou na arquibancada, na lateral da quadra, normalmente bebendo cerveja, conversando e comentando as jogadas entre eles e com os jogadores. Os equipamentos para o jogo de vôlei, como a rede, as bolas e os postes, são guardados na casa de um dos moradores do entorno da praça, uma expressão de que o grupo tem uma rotina e um convívio diário, através do qual estabelece laços de solidariedade.

Por isso, nos finais de semana, a praça ganha uma vida mais intensa com um número maior e mais diversificado de usuários. Enquanto os jogos acontecem, os outros espaços da praça são apropriados de outras formas, por outros grupos. Algumas vezes encontrei adolescentes do sexo masculino jogando cartas nas mesinhas de jogos, enquanto bebiam e conversavam. Outras vezes, os mesmos bancos eram apropriados por turmas de crianças que assentavam ali para conversar. Era comum encontrar jovens andando de bicicleta na rua em volta da praça e por dentro da praça, na parte externa da quadra, em seu redor. Os casais de namorados preferiam os bancos da parte de baixo da praça, provavelmente por serem mais reservados e estarem sempre à sombra. As crianças menores, acompanhadas de seus pais, costumam brincar também nesta parte, e mais raramente, na parte de cima da praça, perto das mesas de jogos, onde os pais assentavam-se para observá-los.

É importante destacar que os usuários parecem estender os limites da praça para os passeios ao seu redor, andando de bicicleta nas ruas, assentando-se nas calçadas, entrando e saindo de suas casa. E isto aparece claramente quando os usuários dizem que a praça é o espaço que eles não têm em casa.

Entre as atividades mais citadas pelos entrevistados para uso da praça são: levar as crianças para passear e tomar sol, jogar e praticar um lazer saudável, conversar, tomar sol ou esquentar sol, passear com cachorro, conhecer novos amigos, companheiros para brincar com os filhos, ver, buscar um espaço e tomar ar, passear, distrair, refletir. As respostas ‘esquentar sol’, ‘espaço’, ‘tomar ar’, parecem refletir a carência de espaços dentro das casas e a inadequação das moradias. Enquanto as respostas ‘levar as crianças para tomar sol’, ‘jogar e praticar lazer saudável’, ‘conversar’, ‘conhecer novos amigos’ são muito significativas, pois confirmam as observações de que a praça Cândido Portinari de

alguma forma consegue manter seu caráter de espaço de convivência e de sociabilidade, sua importância na construção das relações sociais, dos significados coletivos e identidades dos grupos.

Nas entrevistas, os usuários da praça Cândido Portinari destacaram a importância desse espaço como lugar de lazer, evidenciando a diferença de possibilidade de acesso a diferentes formas de lazer que existe entre os dois grupos estudados.

Quando perguntados a respeito da importância da praça Cândido Portinari para o bairro Tupi, algumas afirmações enfatizam a importância do lugar como espaço de convivência e interação social:

“Oportunidade das crianças se integrarem. E elas ajudam os pais a se integrarem”.
(Usuário 7)

“Para reunir com vizinhos, brincar”. (Usuário 3)

Isoladamente a Praça Cândido Portinari foi citada como ‘um espaço importante para ajudar a combater a violência e suportar o adensamento populacional.’ Nessa reflexão a praça aparece como um espaço pacificador das relações sociais.

Uma das principais diferenças entre o uso e ocupação das duas praças é que a maioria dos usuários da Praça Cândido Portinari frequenta a praça quase todos os dias, ou pelo menos em todos os finais de semana, e quando respondem à pergunta por que frequenta essa praça, quase todos eles a escolhem por ser mais próximo de suas casas. Portanto, parece que a demanda sobre o espaço é intensa até porque esta é a única opção de espaço público, de lazer e sociabilidade, perto de suas casas. É bom lembrar que no capítulo anterior foi destacado que a possibilidade de deslocamento desse grupo pela cidade é bem menor.

Essa apropriação assídua pelos usuários possibilita uma maior integração do grupo e confere ao espaço público o seu papel de espaço produzido socialmente, lugar central na constituição das práticas culturais e sociais, destacando-se como uma das principais diferenças entre as formas de apropriação das duas praças.

Segundo Albano e Werneck (1986), a vida cotidiana é o terreno privilegiado da prática, onde se concretizam e se articulam diversos processos sociais. O cotidiano é o lugar em que “as coisas” permanecem se atualizando, ou modificam-se permanecendo. Nosso estudo identifica como estas duas formas de viver cotidianamente se estabelece em lugares distintos da cidade, e como é importante para a vida da cidade a diversidade de processos, de lugares, de histórias, de memórias, de imagens e de cotidianos.

É relevante a singularidade das formas de lazer encontrada nas duas praças. Na praça São Francisco de Assis o lazer está associado à caminhada, uma atividade individual. Enquanto na Cândido Portinari o lazer está associado a brincadeiras entre crianças, a conversas e principalmente aos jogos, ações que possibilitam maior interação social. Essa diferença entre os tipos de uso predominante nas praças - jogo e caminhada - sinaliza uma importante diferença entre as formas de interação e o uso do espaço público entre os dois grupos.

A comparação entre as formas de sociabilidade encontradas na praça São Francisco e na Cândido Portinari comprovam que em Belo Horizonte, ou em São Paulo, como demonstrado por Caldeira (2000), enquanto os bairros de periferia ainda têm uma vida pública e são relativamente abertos à observação e participação, nos bairros residenciais das classes média e alta a vida social é interiorizada e privatizada e há muito pouca vida pública (Caldeira, 2000:14).

Os lugares se distinguem de formas distintas nas cidades, tendo raios de atuação diferenciados e participando de modo diverso dos valores e símbolos compartilhados pela população. Alguns, como a São Francisco de Assis, se evidenciam por extrapolarem o seu raio de atuação e sua carga simbólica, fazendo parte da imagem da cidade para toda a população. Outros, como a Cândido Portinari, são *locus* importante para a experiência local e para a população residente no entorno, que asseguram a unidade e os laços de solidariedade daquela comunidade. Desse modo, os lugares possuem identidades diversas e estabelecem diferentes relações com a cidade.

As observações e entrevistas realizadas, na Praça São Francisco de Assis, nos permitiram inferir que o fato dos moradores do bairro não se apropriarem desse espaço, é um dos motivos que possibilita a identidade da praça estar mais relacionada com a região, do que como o bairro.

Já as observações e estudos, na Praça Cândido Portinari, mostraram que a apropriação da praça pelos moradores é intensa e que a identidade do lugar é construída a partir de seu importante papel como lugar de lazer e encontro para esse grupo de pessoas. É uma identidade em contínua construção que se dá a partir do cotidiano, do uso e apropriação das pessoas. O lugar é uma referência local e a sua história faz parte da história dessa comunidade.

A Praça Cândido Portinari é a única praça do bairro, todos os entrevistado sabem seu nome e a consideram uma referência, por isso também é conhecida entre eles como a praça do Tupi. A maioria dos usuários da praça é morador do bairro e frequenta a praça quase todos os dias, ou pelo menos em todos os finais de semana, e a escolhe por ser mais perto de suas casas.

O significado da Praça Cândido Portinari, para a maioria dos usuários, é representar um lugar de lazer, em seguida um lugar de passeio e encontro; alguns citam que é um lugar de cultura, descanso, entretenimento, inspiração, integração da comunidade, liberdade, saúde, beleza; ela aparece também como um espaço que os usuários não têm em casa e como um lugar ao ar livre.

As formas de apropriação dos espaços permitem um processo contínuo de reinterpretação de usos e significado, que podem reafirmar alguns espaços como marcos simbólicos, ou esvaziá-los de significado. A coexistência de diversas percepções de mundo e estilos de vida estimula o estudo da relação dos espaços públicos com a construção da identidade dos grupos e da imagem da cidade. As praças nos mostram como essa relação é recíproca, contínua e recriada através do cotidiano e das práticas sociais dos grupos. Hoje a Praça São Francisco de Assis não tem uma identidade muito relacionada com o bairro Bandeirante, mas esse lugar tem uma história ligada ao conjunto arquitetônico e urbanístico, e por isso a sua identidade hoje é construída a partir da sua relação com o conjunto. Enquanto a Praça Cândido Portinari tem uma identidade construída a partir da apropriação e do uso dado pelos moradores do bairro Tupi.

É esta múltipla construção de símbolos urbanos com identidades diversas que conferem à cidade um caráter típico e peculiar que a torna inconfundível, não só para seus habitantes como para os visitantes.

Considerações finais

Os espaços públicos se distinguem como importante elemento urbano tanto espacialmente quanto socialmente e simbolicamente. Espacialmente, as praças se destacam na malha urbana como um espaço amplo, aberto, com diferentes formas e volumes; um elemento especial do desenho urbano enquanto componente visual das cidades¹.

Em diferentes contextos, épocas e cidades, as praças exerceram funções diversas como lugar de comércio, de residência, de poder religioso ou político, centro administrativo, centro da vida pública, lugar do sagrado ou do profano, adquirindo significados diversos compartilhados pela comunidade.

Além disso, socialmente as praças se estabeleceram como lugares públicos, *locus* importante das práticas sociais e culturais. Cenários e palcos de histórias, memórias e identidades das cidades e seus cidadãos. Uma expressão de que a cidade é um corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes organizados e transmitidos por tradição.

São as experiências trilhadas cotidianamente no espaço urbano que atribuem, constroem e destacam dentro da diversidade de lugares urbanos (ruas, praças e monumentos) aqueles espaços considerados símbolos, com identidades próprias; que parecem estar impregnados de ressonância, tão ligados à imagem da cidade que é difícil imaginá-la sem esses espaços.

Num mesmo trajeto, parte de seu cotidiano, o indivíduo pode experimentar relações de público/privado, individual/coletivo, fechado/aberto, claro/escuro, e participar de um

¹ Argan (1993) define espaço visual como o sentimento espacial da cidade, que é feito de relações associativas e constitui aquele “tesouro interior” que é o “espírito” da cidade, e que permite que nos identifiquemos como seus cidadãos.

conjunto de símbolos através dessas experiências, inseridas num contexto cultural. As relações entre os objetos arquitetônicos e lugares urbanos construídos em épocas distintas fazem com que os homens experimentem uma existência rica em significados, referências e identidade.

Historicamente os espaços públicos se distinguiram na malha urbana, exercendo funções específicas e construindo significados compartilhados coletivamente por toda a população das cidades de forma mais homogênea e estanque. À medida que as cidades foram crescendo e passando por diversos processos sociais, econômicos e políticos alteraram-se espacialmente. As grandes cidades contemporâneas têm em comum, características como a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a fragmentação do tecido urbano. Nesse novo contexto, a maioria das cidades preservou a singularidade das praças, enquanto um espaço distinto na estrutura urbana, entretanto as funções, formas de uso e significados desses espaços são compartilhados pela comunidade de maneiras diferentes.

Os indivíduos, também tiveram o seu modo de vida alterado e, hoje, em sociedades complexas, vivem múltiplos papéis em função dos diferentes planos em que se movem, se deslocando continuamente entre contextos hierarquizantes/holistas e individualizantes/igualitário, partilhando e acionando esses códigos em momentos diferentes nas suas trajetórias.

Da mesma forma, os espaços públicos não têm se apresentado de forma homogênea e seus significados, muitas vezes, não são construídos e partilhados por toda a população. Algumas ruas e praças que, nos dias de semana, são espaços de circulação de multidões, que se cruzam sem se entreolharem; nos finais de semana, se transformam em enormes

espaços vazios, escuros, insalubres e perigosos. Outros espaços, normalmente de áreas centrais ou áreas nobres da cidade, passam pelos chamados processos de revitalização na reconquista de antigos usuários ou na procura por novos usuários e significados para o espaço. Lugares distintos com algum diferencial, que lhe agregue qualidade, normalmente, são apropriados por moradores do entorno próximo e de outras áreas da cidade.

Este trabalho indica que os espaços públicos se comportam de forma distinta dependendo do local onde estão inseridos, do grupo de usuários, da demanda da população. O esvaziamento do espaço público enquanto lugar privilegiado do encontro, da comunicação, da visibilidade aparece em certos pontos da cidade como um reflexo da mudança da paisagem urbana, das condições de vida pública. Entretanto, o que percebemos através desta pesquisa, é que não há uma regra geral, a cidade comporta e estimula a diferenciação e a singularidade.

A Praça Cândido Portinari, mesmo com a falta de manutenção, demonstra que na cidade também há lugar para os espaços onde a sua apropriação, o seu cotidiano e os seus rituais contribuam para a configuração de significados e identidade aos espaços e aos grupos.

A Praça São Francisco de Assis, mesmo não atraindo os moradores do seu entorno próximo, se distingue como cartão-postal da cidade, lugar importante para a identidade da Pampulha e da cidade, para a memória e história da cidade e dos belo-horizontinos, além de ser um lugar de lazer que consegue convidar moradores de outros bairros, principalmente da região da Pampulha.

A peculiaridade da inserção desses espaços públicos na cidade contemporânea é dada pela singularidade, diversidade e heterogeneidade. É difícil encontrar na cidade um

espaço que reúna, como tradicionalmente acontecia, todas as propriedades ou características utilizadas na construção do conceito de espaço público. Hoje, temos diversos espaços e cada um deles ora possuem significados construídos e partilhados por um determinado grupo, ora estabelecem uma identidade forte, ora contribuem para a imagem da cidade, ora qualificam o espaço urbano, ora são intensamente apropriados por grupo específicos, e esta é uma construção contínua, versátil, realizada cotidianamente pelos cidadãos.

Tendo em vista as características socioeconômicas e culturais dos grupos estudados é necessário destacar que as diferenças de formas de apropriação dos espaços não estão relacionadas simplesmente com as questões relativas a poder aquisitivo. Não é uma simples dicotomia: pobres utilizam os espaços, ricos não utilizam. Os resultados sugerem que as formas de apropriação dos espaços estabelecem relações com as alterações na qualidade do espaço urbano construído, nos modos de vida urbana, nos valores e símbolos de determinados grupos em certas épocas. O mais expressivo é que as classes com maior poder aquisitivo têm liberdades², ou mais possibilidades de deslocamento e inúmeras escolhas relacionadas a lazer, cultura e sociabilidade; fatores estes que contribuem para que haja um maior abandono dos espaços públicos pelos grupos de maior poder aquisitivo.

Essas mudanças na condição de vida pública, nos modos de vida urbano, nas formas de sociabilidade, somadas à qualidade das habitações, às possibilidades e às liberdades são muito mais enfatizadas, pelos moradores da área do Bandeirantes, como

² Liberdade no sentido conceitual de Sen que envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária)(Sen, 2000:31).

fatores que geram o esvaziamento do espaço público do que as questões relativas à violência.

É por ser tão plural, diversa e dinâmica que a cidade é tão estimulante como objeto de pesquisa e de intervenção. Entretanto é importante notar que a pluralidade impressa na paisagem das grandes cidades brasileiras é em grande parte imposta pela desigualdade social e não pela diversidade.

As praças, enquanto um vazio urbano e um espaço visual da cidade, que poderiam significar qualidade de vida, cidadania, solidariedade, conforto, beleza, estética e se transformarem num espetáculo que valorizasse o entorno e até mesmo a cidade, parecem estar se diluindo na malha urbana contemporânea e ficando em segundo plano na agenda política de gestão das cidades.

Já sabemos que o acesso aos bens e serviços coletivos não é homogêneo e que, portanto, as áreas periféricas das grandes cidades além de possuírem poucas áreas destinadas a espaços públicos, esses são inferiores quantitativa e qualitativamente. Entretanto, quais as outras opções desses grupos? A qualidade de vida não está relacionada com a possibilidade de lazer, sociabilidade, cidadania, construção e negociação da realidade?

Há que se pensar: se recuperar ou manter os espaços públicos é uma forma de resgatar o valor histórico, cultural, simbólico, então não é também um modo de qualificar o ambiente urbano? Essas qualidades não facilmente mensuráveis, que dificilmente são incorporadas em índices de qualidade de vida, com certeza dão ao espaço, à cidade e à comunidade alguns componentes estéticos, culturais, sociais e simbólicos expressivos.

Investigações que identifiquem história, memória, identidade, formas de uso e ocupação dos espaços, formas de interação e tipos de sociabilidade podem ser uma das bases para um planejamento ético e democrático do espaço com a distribuição justa de recursos financeiros e intelectuais.

Bibliografia

- ALBANO, Celina, WERNECK, Nisia. Anotações sobre espaço urbano e vida cotidiana. *Espaço e Debates*. Ano VI, no 17, 1986.
- ANANIAS, Patrus. Prefácio. In: MONTE-MÓR, R. L. de M. (org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994.
- ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares. *Revista do Patrimônio Artístico e Nacional* n.23, 1994.
- ARANTES, Otília. *O lugar da arquitetura depois dos tempos modernos*. São Paulo, USP, 1995.
- ARENDT, Hannah . *A condição humana*. Rio de Janeiro, Florense Universitaria, 1989.
- ARGAN. Giulio C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo. Martins Fontes, 1993.
- BECKER, Howard S. Observação Social e Estudos de Casos Sociais. In: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 117-133.
- BELO HORIZONTE. Decreto Municipal N.º 6.992 – 10 out. 1991. Estabelece procedimentos para implantação ou manutenção de áreas verdes públicas por entidades jurídicas sem ônus para o Município e dá outras providências.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Legislação Urbanística do Município de Belo Horizonte: SMPL, 1996.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Parques de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1998.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

- BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão Contemporânea – Cidades Estratégias e Organizações Locais*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.79-123.
- BRASIL. Lei n. 6766 – 19 de dezembro de 1979. Dispões sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A cidade de muros: crime, segregação e cidadania*. São Paulo, Edusp, 2000.
- CARLOS, Ana F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CARVALHO, Cássia L. C de, VITAL, Márcia M. P. A sustentabilidade das praças, parques e jardins; políticas públicas para gestão de áreas verdes. In: *Anais I Congresso Hispano-brasileiro de parques e jardins*. s.l., s.d., 7p. (No prelo).
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- D'INCAO, Maria A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. *Tempo Social*, vol. 4, 95-109, 1992.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- FARIA, Carlos A. P. de. A memória cinzelada: em busca de uma consciência político-social In: DUTRA, E. de F. *BH Horizontes Históricos*. Belo Horizonte, Arte, 1997. p. 289-332.
- FORTUNA, Carlos, FERREIRA, Claudino, ABREU, Paula. Espaço público urbano e cultural em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 52/53, nov. 1998 /fev1999.
- FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades urbanas: narrativas, patrimônio e memória. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, fev. 1997.

- _____. Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 54, jun. 1999.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. *São Paulo, Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- _____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez, 2000.
- GARCIA LAMAS, Jose M. R. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, FCG, JNICT, 1993.
- GIDDENS, Antony. Durkheim e a Questão do Individualismo. In: *Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 147-168.
- _____. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1991, p. 11-60.
- GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander M. (org.) *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 55-80.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: Ribeiro, Luis Cesár de Queiroz e Pechman, Robert. (org.) *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 123-140.
- GUTIERRÉZ, Ramon. *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. Madrid, Cátedra, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia - entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997 (vol1 e 2)

- _____. O Espaço público 30 anos depois. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano VI. n 12. abril, 1999.
- HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. Campinas, Papirus, 1990. 150p.
- HARVEY, David. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 93-137.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista*. São Paulo, Companhia Das Letras, 1993.
- JOSEPH, Isaac. Paisagens urbanas, coisas públicas. *Cadernos CRH* (30/31). Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBa, 1999.
- LAGO, Luciana C. Nova e velha dualidade núcleo-periferia: a dinâmica imobiliária e a mobilidade intrametropolitana nos anos 80. In: *O futuro das metrópoles: o impacto da globalização*, Teresópolis, 1999. Resumo dos trabalhos apresentados...
- LEMO, Celina. B. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, UFMG, 1988 (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais).
- LEMO, Celina.B. A construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MÓR, R. L. de M. (org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994.
- LEFEBVRE, H. Industrialização e Urbanização In: *O Direito à Cidade*. São Paulo, Moraes, 1991. p.4-26.
- LOEWITH, Karl. Racionalização e liberdade: o sentido da ação social. In: MARTINS, José S., FARACCHI, Marialice M. *Sociologia e Sociedade*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editores, 1981, p. 145-162.
- LYNCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. Buenos Aires: Infinito, 1960. p.47-78.

- MELO, Denise M. Patrimônio e Planejamento Urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v.6, n.6, p. 7-44, dez.1998.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de. Segregação e legislação urbanística no espaço belohorizontino. In: *Anais I Congresso de direito urbanístico*, Belo Horizonte, 2000. (No prelo).
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1994. p. 327-400.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. Belo Horizonte: A Cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, R. L. de M. (org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994.
- MOUGHTIN, C. *Urban Design: street and square*. Great Britain, British Library Cataloguing, 1992. p.87-126.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História (10). São Paulo: EDUC, 1995.
- NORBERG- SCHULZ, C. *Arquitetura Ocidental*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
- PAIVA, Vanessa A. Comunicação e a Sociabilidade em espaços urbanos. In: BRAGA, José Luiz. PORTO, Sérgio. FAUSTO NETO, Antônio. *A Encenação dos sentidos: mídia cultura e política*. Rio de Janeiro: Diaderim, 1995.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.) *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella. (org.) *Imagens da cidade*, São Paulo, Marco Zero, 1994. p.29-34.
- PECHMAN, Sérgio, Fritsch, Lílian. A Reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*. v. 5, no 8/9 set 1984/abril 1985.
- PLAMBEL. O Lazer no Aglomerado Metropolitano. Belo Horizonte, Plambel, 198-.
- POE, Edgar. Allan. O homem da multidão In. *Contos de Edgar Allan Poe*, São Paulo, Cultrix, 1985, p 131-139.
- QUINTANERO, Tania, BARBOSA, Maria L. O., OLIVEIRA, Maria G. *Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 160p.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q, AZEVEDO, Sérgio. A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmicas e impasses. In: *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.13-31.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q, LAGO Luciana C. *Dinâmica Metropolitana e Novos Padrões de Desigualdade Social*, Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1994, (mimeo).
- RIBEIRO, Luiz C. de Q, LAGO Luciana C. *O espaço social das Grandes Metrôpoles Brasileiras*: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte [online]. Rio de janeiro: IPPUR, 1999. Available from www: <http://www.ippur.ufrj.br/observatório>.
- ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: *Globalização Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SCHLUCHTER, Wolfgang (org.). Max Weber e o Projeto da Modernidade. *Lua Nova*, São Paulo, n.22, p.229-257, dezembro 1990 (Debate).

- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. Diretrizes básicas para a implementação de áreas verdes e similares. In: *Anais I Conferência de Política Urbana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, s.d., 5p, (No prelo).
- SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SIMMEL, Georg. El individuo y la libertad In: *Ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Ediciones Peninsula Historia Ciencia Sociedad, 1986, p. 271-279.
- _____. A Metrópole e a Vida Mental In: VELHO, Otávio G.(Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p.11-25.
- SINGER, Paul. Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. In: *Economia Política da Urbanização*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1973. p.63-90.
- SITTE, Camilo. *A construção das cidades: segundo seus princípios artísticos*. São Paulo, Ática, 1992.
- TELLES, Vera. da S. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, São Paulo, 1990. p.23-48.
- TOURAINÉ, Alan. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- VERA, P. S. Arquitectura, sociologia y representación del espacio urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (5). Belo Horizonte: PUC MG, 1997.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1992.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

Anexos

Categorias socioocupacionais¹

1. Categoria Dirigente

- 1.1. **Empresários**, que reúnem os empregadores com dez ou mais empregados;
- 1.2. **Dirigentes do setor público**, formada pelas ocupações do alto escalão decisório no setor público, como ministros, magistrados e procuradores
- 1.3. **Dirigentes do setor privado**, formada pelas ocupações de administradores da empresas dos setores de extração mineral, indústria, construção civil e empresas financeiras;
- 1.4. **Profissionais liberais**, formada pelas ocupações tradicionais definidas como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados, empregadores e autônomos)

2. Categoria Intelectual

- 2.1. **Profissionais autônomos de nível superior**
- 2.2. **Empregados de nível superior**

3. Pequena Burguesia

- 3.1. **Pequenos empregadores urbanos**, que reúnem os empregadores com menos de dez empregados;

¹ Fonte: Ribeiro & Lago, 1999.

- 3.2. **Comerciantes por conta própria** que desenvolvem suas atividades em casa ou em empresas próprias.

4. Categoria Média

- 4.1. **Trabalhadores em atividades de rotina**, formada pelas ocupações sem função decisória, tais como secretárias, auxiliares administrativos e auxiliares de escritório;
- 4.2. **Trabalhadores em atividades de supervisão**, formada por ocupações com algum poder de decisão, tais como assistentes de administração, corretores de imóveis e administradores do comércio;
- 4.3. **Técnicos e artistas**, formada pelas ocupações que requerem um conhecimento específico, tais como desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos e fotógrafos;
- 4.4. **Trabalhadores nas áreas de saúde e educação**, como professores de 1º grau e enfermeiras não diplomadas;
- 4.5. **Trabalhadores nas áreas de segurança pública, justiça, correios**, tais como investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas e carteiros.

5. Proletariado do Secundário

- 5.1. **Operários da indústria moderna**, formada pelos trabalhadores nas indústrias metalúrgica, mecânica, material elétrico, química, produção de petróleo e farmacêutica, entre outras, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, em razão das ocupações exigirem maior qualificação,

proporcionarem nível mais elevado de remuneração e de proteção social e os trabalhadores apresentarem maior grau de organização corporativa;

5.2. Operários da indústria tradicional, formada pelos trabalhadores das indústrias dos demais ramos, exceto construção civil

5.3. Operários dos serviços auxiliares, formada pelos empregados nos setores de transporte, comunicação e serviços auxiliares;

5.4. Operários da construção civil, formada pelos trabalhadores em ocupações ligadas à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pedreiros, pintores, serventes de pedreiro;

5.5. Artesãos, formada pelos trabalhadores autônomos nas ocupações de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, estofador e ourives.

6. Proletariado terciário

6.1. Trabalhadores do comércio, formada pelas ocupações diariamente ligadas às atividades do comércio, tais como vendedores, operadores de caixa e praticistas;

6.2. Prestadores de serviços especializados, formada pelos trabalhadores autônomos em ocupações manuais que requerem um saber específico, tais como mecânicos, cabelereiros, etc. e os empregados de ocupações manuais nos setores de prestação de serviços, atividades sociais e administração pública;

6.3. Prestadores de serviço não especializado, formada pelos empregados em ocupações de porteiro e vigia.

7. Sub-proletariado

7.1. Trabalhadores domésticos

7.2. **Ambulantes, biscateiros**, esta última formada pelos feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros e outras ocupações ambulantes e pelos guardadores de automóvel, engraxates e trabalhadores braçais autônomos. Trata-se de uma categoria restrita aos autônomos sem qualquer saber específico, não correspondendo portanto a noção freqüentemente usada nos estudos sociológicos em que trabalhadores autônomos no setor da construção, por exemplo, São definidos como biscateiros.

8. **Trabalhadores agrícolas**

Formada por todas as ocupações agrícolas, exceto as ocupações: criadores bovino, proprietário agropecuário e avicultor.

População Ocupada por categoria socioocupacionais – RMBH – 1980-1991

Categorias socioocupacionais	RMBH	
	1980 (%)	1991 (%)
Categoria dirigente	1,17	1,06
Empresários	0,57	0,57
Dirigentes públicos	0,17	0,20
Dirigentes privados	0,23	0,14
Profissionais liberais	0,20	0,15
Categoria Intelectual	4,95	5,65
Profissionais Sup. Autônomo	0,50	0,74
Profissionais Sup. Empregado	4,46	4,91
Pequena Burguesia	4,32	6,62
Pequenos empregadores	2,17	3,87
Comerciantes por conta própria	2,15	2,75
Categoria média	25,87	25,44
Empregados de escritório	12,06	11,12
Empregados de supervisão	5,21	5,73
Técnicos e artistas	3,21	3,36
Empregados na saúde e educação	3,76	3,67
Empregados Just. Segur. Correios	1,62	1,56
Proletariado secundários	28,99	24,73
Operários da indústria moderna	5,54	4,15
Operários da indústria tradicional	5,41	5,30
Operários de serviços auxiliares	4,09	4,27
Operários da indústria da construção civil	12,35	9,12
Artesãos	1,61	1,89
Proletariado terciário	20,94	22,86
Empregados no comércio	7,03	7,61
Servidores especializado	9,39	10,32
Servidores não especializado	4,53	4,94
Sub-proletariado	12,54	11,93
Trabalhadores domésticos	11,21	9,55
Ambulantes	1,00	1,79
Biscateiros	0,32	0,58
Agricultores	1,22	1,71

Fonte: FIBGE – Censo demográfico, tabulações especiais, dados trabalhados.

Roteiro de entrevista

Nome:

Endereço:

Telefone:

Idade:

Escolaridade:

1. Há quanto tempo você mora neste bairro?

2. Quantas praças têm no seu bairro?

3. Quais são?

4. Você frequenta as praças de seu bairro? (Resposta negativa passar para pergunta 9)

5. Qual (is) praça (s) de seu bairro você frequenta?

6. Por que?

7. Com que frequência você visita as praças de seu bairro?

8. O quê você vai fazer na praça?

9. Por que você não costuma frequentar as praças de seu bairro?

10. Quem cuida das praças de seu bairro?

11. Você acha que as praças de bairro estão bem cuidadas?

12. As praças de seu bairro atendem as suas necessidades? Por que?

13. O quê falta na praça de seu bairro?

14. O que representa para você as praças de seu bairro? (lugar de)

15. Quais outros lugares ao ar livre você costuma freqüentar?

16. Com que freqüência?

17. Que tipo de atividade acontece na(s) praça(s) de seu bairro?

18. Que tipo de atividade você acha que poderia acontecer na(s) praça(s) de seu bairro?

19. Qual a importância desta praça para o seu bairro?

20. Na sua opinião a praça de seu bairro mudou nos últimos anos?

21. Você se lembra de como era esta praça antes?

22. Você acha que ela era melhor ou pior? Por que?

23. Você acha que esta praça tem “a cara” do seu bairro? Por que?

24. Como deveria ser a praça ideal para você?
